



“EU SÓ QUERO SE FOR JUNTO, SEPARADO, EU
NÃO QUERO; PORQUE NUNCA VIVI ASSIM”.

MEMÓRIAS E LUTAS DE DANIEL DE SOUZA

©PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2025

Editor e Diretor da Coleção

Alfredo Wagner Berno de Almeida
UEMA e UEA, pesquisador CNPq

Marcos Alan Costa Farias

Ítala Tuanny Rodrigues Nepomuceno

Fotografia

Projeto gráfico e diagramação

Philippe Rodrigo da Silva Teixeira

Ficha Catalográfica

Synara de Azevedo Ferreira

Palavras-chave: Quilombo. titulação. 3.
mocambo.

Organizadora:

Juliane Pereira dos Santos

Equipe de Pesquisa

Juliane Pereira dos Santos

Ficha Catalográfica

Souza, Daniel.

“Eu só quero se for junto, separado, eu não quero; porque nunca vivi assim: memórias e lutas de Daniel de Souza / Organizadora: Juliane Pereira dos Santos; Editor: Alfredo Wagner Berno de Almeida. – São Luís: EdUEMA, 2025.

76 p. il. (Coleção Narrativas Quilombolas, n.9).

ISBN:

1. Quilombo. 2. Resistência. 3. Titulação. 4. Mocambo. I. Título.

CDU: 316.48:316.35.023.4

Elaborado por Synara de Azevedo Ferreira – Bibliotecária – CRB 13/932

UEA - Edifício Professor
Samuel Benchimol
Rua Leonardo Malcher, 1728
Centro
Cep.: 69.010-170
Manaus, AM
E-mails:
pncaa.uea@gmail.com
pnca.ufam@yahoo.com.br
www.novacartografiasocial.com

UEMA- Endereço: Largo
Cidade Universitária Paulo
VI, 3801 - Tirirical, São
Luís - MA, 65055-000
Telefone:(98) 3244-0915



Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no
Brasil. PNCSA-PPGCSPA-UEMA/SEPPIR/PNND BRA13/020
Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas do
Brasil. MCTI/CNPQ/Universal 14/2014/Processo 441482/2014-7

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti - Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acselrad - IPPUR-UFRJ, Brasil

Charles Hale - University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin - NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Aurélio Viana - Fundação Ford, Brasil

Sérgio Costa - LAI FU - Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida - UEMA/UEA, Brasil

SUMÁRIO

1. PRÓLOGO DAS COLEÇÕES: “NARRATIVAS QUILOMBOLAS” E “LUTA E RESISTENCIA QUILOMBOLAS” **07**

2. PREFÁCIO **15**

3. PARTE I: INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA: “A DISCRIMINAÇÃO ERA UMA COISA FORTE” **19**

4. PARTE II. FUNDAÇÃO DA COMUNIDADE DE JAUARI: TRADIÇÕES, FÉ E RESISTÊNCIA **27**

4.1 A influência da tia Maria Olímpia e da igreja. **28**

4.2 A Travessia. **29**

4.3 Puxirum e Partilha: Os Laços Comunitários e a Transmissão de Tradições Quilombolas. **31**

5. PARTE III: AS FESTAS DE SANTO E O RITUAL DO AIUÊ. **35**

5.1 A festa de São Pedro. **35**

5.2 A festa de São Benedito **37**

5.3 O ritual do Aiuê. **40**

5.3.1 A importância do *Aiuê* nos processos de luta coletiva. **43**

6. PARTE IV – AS PRIMEIRAS ARTICULAÇÕES NO MOVIMENTO QUILOMBOLA: DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE AO ENCONTRO RAÍZES NEGRAS. **47**

6.1 O segundo Encontro Raízes Negras, quilombo Jauari (1989) **51**

6.2 A primeira viagem, parceria com a Professora Zélia Amador de Deus e a fundação da ARQMO. **53**

6.3 As primeiras viagens a Brasília. **56**

6.4 A Luta pela Titulação do território Boa Vista e o debate entre individuais e coletivos. **57**

7. PARTE V: DESAFIOS E REFLEXÕES. 67

7.1 Reflexão para a Juventude Quilombola. 69

8. ANEXOS – RESUMO DOS TEMAS DOS ENCONTROS RAÍZES
NEGRAS 73

1. PRÓLOGO DAS COLEÇÕES: “NARRATIVAS QUILOMBOLAS” E “LUTA E RESISTÊNCIA QUILOMBOLAS”

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹

As narrativas quilombolas, aqui apresentadas, compreendem um esforço classificatório de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e pesquisadores convidados no sentido de compor uma coleção de livros em que membros de diferentes unidades sociais, designadas como povos e comunidades tradicionais, descrevem eles mesmos suas próprias experiências de luta, em situações de conflito social, nas quais reivindicam seus direitos territoriais e suas expressões identitárias. Consistem em relatos, obtidos através de entrevistas realizadas com membros de comunidades quilombolas, que detém critérios de competência e saber para descrever a trajetória daquela unidade social. Os trabalhos de mais de duas décadas dos pesquisadores do PNCSA em comunidades quilombolas facultaram condições de confiabilidade mútua para narrativas mais detidas e aprofundadas. Os pesquisadores lançaram mão de sucessivos trabalhos de campo com técnicas de observação direta, características da pesquisa etnográfica, e de recursos intrínsecos às histórias de vida, obtendo relatos que não só nos convidam a novas formas de pensar as relações políticas e os laços de solidariedade que fundamentam identidades coletivas, mas também a própria noção de política.

Os livros que compõem esta coleção se inscrevem, assim, num gênero literário peculiar, concernente às denominadas Narrativas Quilombolas, que privilegia o uso da palavra através da linguagem autorizada e direta dos agentes sociais assim designados, expressando condições de eficácia de um discurso ritual, que tanto propicia meios para uma leitura crítica dos significados de quilombo, quanto estabelece uma clivagem nas interpretações históricas a ele referidas atualizando-as consoante as contingências do tempo presente. Tal gênero se distribui por pelo menos

1. Antropólogo. Professor do PPGCSPA/UEMA. Pesquisador CNPq.

duas principais variantes, que buscaremos expor a seguir, objetivando esclarecer as fontes de autoridade da memória quilombola e suas respectivas transformações no tempo.

i) A mais conhecida destas variantes tornou-se consagrada com o trabalho de Miguel Barnet, intitulado **Cimarrón**, uma biografia considerada clássica, de um velho integrante de um quilombo, publicado em 1966, em Cuba, pelo Instituto de Etnologia y Folclore. A repercussão foi tamanha que a edição de 1967, pelo Instituto del Libro, correspondeu a 20.000 exemplares. Barnet narra neste livro suas entrevistas com Esteban Montejo, aos 103 anos, um antigo “escravo fugido”, do engenho de cana Santa Teresa, para as montanhas da província de Las Villas, após ter dado uma pedrada no senhor de engenho. Barnet sublinha que Esteban se tornou um *cimarrón* a partir desta fuga. Esta vertente, que conjuga resistência e fuga, conheceu diferentes expressões no Brasil, inclusive no Maranhão, no Pará, em Pernambuco, em Alagoas, no Mato Grosso e na Bahia, regiões de referência de muitas outras narrativas. As abolições tardias em Cuba e no Brasil permitiram a obtenção de um tipo de informação sobre os quilombos praticamente impossível de ser obtida em outros países. Refiro-me especificamente aos trabalhos de pesquisa que focalizam autobiografias de quilombolas ou narrativas por eles próprios encetadas, independentemente dos interrogatórios de prisioneiros, no âmbito de inquéritos policiais ou de ações militares e repressivas destinadas a aprisionar quilombolas e a destruir os quilombos respectivos, que caracterizam os atos punitivos do período colonial. Os quilombolas entrevistados, consoante este gênero biográfico, relatam suas experimentações, ou seja, como fugiram das grandes plantações e/ou dos engenhos, as perseguições de que foram vítimas e como era a vida cotidiana no quilombo em que se refugiam.

ii) A outra variante concerne a agentes sociais que hoje se autodefinem quilombolas, sem qualquer referência obrigatória a “escravos fugidos”, cujas famílias resistiram e se mantiveram dentro dos próprios domínios pretendidos pelas grandes plantações, sem terem necessariamente se abrigado em áreas remotas. Tais agentes narram, no tempo presente, a construção social de sua identidade coletiva, dialogando criticamente com a documentação histórica e com as classificações jurídicas da sociedade colonial. Esta noção de quilombo contradita, portanto, os códigos e

dispositivos com fundamentos colonialistas, propiciando o advento de novos significados. Até a segunda metade do século XX os juristas que se dispunham a dissertar sobre os quilombos, vinculavam sua definição à própria questão doutrinária, isto é, ficavam amarrados, congelados, seja nos limites dos marcos conceituais das ordenações manuelinas e filipinas, seja naqueles da consulta do Conselho Ultramarino ao Rei de Portugal, em 1740. Esta referida consulta produziu uma definição explícita, que se cristalizou no pensamento jurídico, considerando como quilombo ou mocambo: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Pode-se afirmar, em decorrência, que atravessamos o período colonial com uma definição que perpassou igualmente o período imperial, com deslocamentos só de intensidade, e que chegou à situação republicana exatamente da mesma forma, da qual hoje nós acabamos também fazendo uso. A ênfase, consolidada inclusive nos dicionários, é sempre dirigida ao quilombola ou calhambola considerado como “escravo fugido” e localizado em regiões remotas e distantes das casas-grande ou das grandes plantações de cana de açúcar, café ou algodão. Os “fugitivos” e “distantes”, reeditam idealmente o isolamento, como se o quilombo ocorresse sempre fora dos limites das fazendas e consistisse numa “ilha remota” feita território mítico. Ora, segundo a ruptura aqui sublinhada houve escravo que não fugiu e que permaneceu autônomo dentro dos limites da grande propriedade monocultora e com atribuições diversas: houve aquele que sonhou em fugir e não conseguiu fazê-lo, houve aquele que fugiu e foi recapturado e houve esse que não pode fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel consistia em ficar. Todos eles, entretanto, se reportavam direta ou indiretamente aos quilombos, rompendo com o sentido estrito, dicionarizado, e abrangendo uma diversidade de situações sociais, inclusive aquelas relativas à compra de terras por parte de famílias de escravos alforriados ou a doações de terras recebidas de ordens religiosas e de sesmeiros.

É nesta segunda variante que se pode classificar as narrativas ora contidas nos livros que até agora compõem a coleção “Narrativas Quilombolas”. Cabe ressaltar, entretanto, que esse livro do quilombola Daniel de Souza, de Jauari, no Rio Erepecuru, de modo contrastante, concerne à primeira variante. Isto porque essa região do Trombetas

consistiu numa área de concentração de escravizados, que fugiram das grandes plantações. Neste sentido as duas variantes se aproximam no tempo presente mediante as mobilizações étnicas e as pautas de reivindicações face ao Estado. A situação dramática vivida pelos que fugiram se aproxima daquela dos que historicamente ficaram em domínios das grandes plantações e tiveram que construir sua autonomia e independência. Estes últimos estão referidos aos volumes da coleção quais sejam: o de Ednaldo Padilha, “Cabeça”, de Camaputua (MA); o de Dona Nice Machado Aires, da Enseada da Mata, em Penalva (MA); o do Sr. Leonardo dos Anjos, de Brito, localizado no município de Alcântara (MA); o de Dona Maria Amélia, do Rio Andirá, Barreirinhas (AM); o do Sr. Aniceto Araújo Pereira, de Oitiua; o do Sr. Samuel Araujo, de Baixa Grande, e o de Sr. Marcos Diniz, todos três de Alcântara (MA); o do Sr. Teodoro Lalor de Lima, da Ilha de Marajó (PA), cruelmente assassinado quando, desembarcando no porto do Sal, se dirigia ao Ministério Público Federal, em Belém. O do Sr. Justo Evangelista, da região cortada pelo rio Itapecuru (MA); o de Dorinete Serejo, de Canelatiua, Alcântara (MA), e o de Dona Valdeci Ana dos Santos Nascimento, do quilombo Poço dos Cavalos, município de Itacuruba (PE), no Sertão de Itaparica, cujas reivindicações de direitos territoriais quilombolas passam pelas ruínas das casas-grandes e de engenhos e pelas lutas das famílias que não fugiram e resistiram dentro dos limites destas fazendas, plantando suas roças, comercializando autonomamente sua produção e sobrevivendo à derrocada econômica dos “senhores de escravos”. Os símbolos de apropriação foram historicamente deslocados. O sentimento de liberdade e as práticas econômicas livres para decidir onde, o que e como plantar, dentro dos próprios limites das grandes plantações, evidenciam uma situação de aquilombamento dos antigos engenhos. Em outras palavras os quilombos não se localizam necessariamente fora dos limites de sesmarias, de fazendas e de engenhos, localizando-se nas próprias terras pretendidas pelos “senhores de engenhos” ou dos imóveis rurais dos quais eles se dizem “proprietários”. Este deslocamento evidencia o significado vívido de quilombo nas “Narrativas Quilombolas” e no volume agora apresentado.

Segundo uma relação tácita e contraditória, a memória quilombola não se dissocia da memória dos engenhos e das fazendas. O poder de se apropriar das vantagens simbólicas associadas à posse das ruínas legitima

o oposto simétrico das grandes plantações monocultoras baseadas no trabalho escravo, isto é, as comunidades remanescentes de quilombos, cuja forma de utilização da terra baseada em unidades familiares autônomas, livres e praticando um sistema de uso comum dos recursos naturais, inclusive dos campos, passa a articular os diversos povoados. Antes de serem um vestígio do passado ou uma forma de retorno a uma economia natural tais características passam a representar no presente uma perspectiva de futuro com liberdade, de decidir não apenas sobre o processo produtivo, mas também sobre sua identidade e seu próprio destino. A posse efetiva das terras pelos remanescentes de quilombos torna-as um marco distintivo da autonomia de seus povoados, porque representa a evidência de que os antigos engenhos e fazendas não tem mais condições de possibilidades de efetivamente existirem. Ocorreram transformações profundas nas áreas controladas pelas grandes fazendas, que inviabilizaram o trabalho escravo e, ao mesmo tempo, comprovam a eficácia do uso comum na gestão dos recursos dos quilombolas que aí decidiram ficar sob uma unidade social designada como “comunidade”. A forma esquelética do que foram as edificações elementares das fazendas, publicamente exposta e constatável por uma arqueologia de superfície, sem qualquer necessidade de escavação, concorre para atestar isso. Lado a lado com a vida cotidiana das comunidades, essas ossaturas dos engenhos e fazendas certificam o longo tempo de existência delas e o seu sepultamento ideal. A datação das ruínas dos engenhos e dos sobrados aqui equivale ao reconhecimento da “idade” das comunidades remanescentes de quilombos e consiste no correspondente ideal de sua certidão de nascimento ou da emergência de seus fatores identitários. Nas próprias narrativas de Dona Nice, de “Cabeça” e do Sr. Samuel a identidade quilombola se afirma nesse processo de negação de seu antagonista histórico e as ruínas tornam-se auto-explicativas em face dos engenhos que não mais existem como força econômica nos municípios de Alcântara, Viana, Cajari, Penalva e do vale do Itapecuru. O aquilombamento das ruínas significa, nesse sentido, uma ruptura radical com a ideologia da tutela e com a conhecida oposição, senso comum erudito nos textos históricos, entre “casa grande” X “senzala”, ressaltando um processo de autonomia produtiva dos que eram considerados “escravos” e assim eram duramente tratados. Com a desagregação das fazendas as unidades familiares submetidas à escravidão

ocuparam efetivamente as terras das grandes plantações e de maneira concomitante se apropriaram, inclusive, dos nomes da aristocracia agrária. Por exemplo, o engenho Gerijó, pertencia à família de Carlos Ribeiro, Barão de Grajaú. Presidente de Província e chefe do Partido Liberal, no Maranhão, enquanto os engenhos Kadoz e Tramaúba pertenciam à família Viveiros, sendo o expoente desta família, o Barão de São Bento, dirigente do partido conservador na Província do Maranhão. Um dos filhos deste Barão teria engravidado a escrava Pruquera e ela com o filho passa a adotar o nome Viveiros, assim como os demais escravos destes engenhos o adotavam. Havia uma norma da legislação colonial 16 “Narrativas Quilombolas” que não permitia aos “livres” contrair matrimônio com escravos, assim também não se cometia adultério com eles. Entretanto, o parentesco resultante do fruto desses intercursos sexuais torna-se uma expectativa de direito nas narrativas de entrevistados. A partir daí, apropriam-se do nome dos senhores, bem como de suas terras, que não foram vendidas porquanto era uma pré-condição para os políticos possuírem terras, mesmo que já não tivessem sobre elas o controle absoluto. A derrocada econômica fragilizou os mecanismos repressivos da força de trabalho e os escravos emergiram como unidades de trabalho familiar, **um “protocampesinato escravo”, como conceituaria Sidney Mintz, convergindo para uma autonomia completa.** Além da autonomia econômica, na decisão do que e como produzir, os quilombolas de Jauari mantêm vívida uma memória que reporta a pelo menos quatro gerações. Suas reconstituições históricas de até quatro ou cinco gerações passam pela ação de naturalistas viajantes, no caso o casal Coudreau, Henri e Octavie, e suas relações com seus antepassados e seus lugares de moradia, extração e plantio. O referido casal produziu vários trabalhos escritos sobre essa região do Trombetas, no gênero textual correspondente a “relatórios” e Henri morreu e foi enterrado lá.

Completando esses processos emancipatórios e seus contrastes, na primeira geração pós-abolição, em Cajari, retiraram o nome do senhor de escravos de seus próprios nomes, substituíram o nome “Viveiros” por “Santos”. Em Alcântara, ao contrário, os quilombolas mantiveram os nomes dos antigos senhores sem qualquer alteração. Ora, em ambas as situações os quilombolas detinham o controle efetivo das terras, das ruínas das casas-grande e da própria memória histórica. Constituíram

territórios quilombolas que, não obstante reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares, até hoje não foram titulados, impelindo-os a enfrentar novos antagonistas, que intrusam seus territórios com cercas eletrificadas e rebanhos bovinos e bubalinos, que devastam os campos naturais da Baixada ou que destroem plantios de mandioca; bem como pela ação de grileiros que ameaçam de morte os líderes quilombolas. O assassinato de Genialdo dos Santos, irmão de “Cabeça”, em julho de 2012, em Cajari, por “pistoleiros ligados a grileiros”; o assassinato seguido da decapitação de Martinho Souza Aires Filho, filho mais velho de Dona Nice, em outubro de 2014, em Penalva, e o assassinato do Sr. Teodoro Lalor de Lima, a facadas pelas costas, em agosto de 2013, em Belém, logo após desembarcar no porto e se dirigir ao Ministério Público Federal, agravaram os conflitos sociais na região de Camaputiua, em Penalva e na Ilha de Marajó, que permanecem sob clima de tensão permanente, denotando a tragicidade que envolve as narrativas ora apresentadas e os riscos que correm os que persistem defendendo a sua identidade quilombola. Uma outra variante desta segunda vertente concerne a livros de autoria de pesquisadores, seja historiadores, antropólogos, sociólogos ou bacharéis em direito, que focalizam as situações de conflito social que envolvem comunidades quilombolas. Trata-se de dois livros de autoria da historiadora Rosa Acevedo Marin e do antropólogo João Batista de Almeida Costa, concernentes a conflitos em Brejo dos Crioulos, Minas Gerais e Ilha do Marajó, Pará, que se apoiam em trabalhos de pesquisa contendo entrevistas com os próprios agentes sociais quilombolas. Esta coleção é denominada “Luta e Resistência Quilombolas”.

O convite à leitura dos nove títulos desta coleção “Narrativas Quilombolas” e dos três títulos da coleção “Luta e Resistência Quilombolas” passa, portanto, por estes componentes trágicos, que evidenciam a dubiedade dos atos de Estado, que procrastinam a titulação das terras quilombolas, expondo as comunidades à violência dos que visam usurpar suas terras e conspurcar seus direitos territoriais.

2. PREFÁCIO

Juliene Pereira dos Santos²

Este livro, intitulado “Eu só quero se for junto, separado, eu não quero; porque vivi assim”, não é apenas uma autobiografia. Trata-se de um mergulho profundo nas dinâmicas sociais, históricas e culturais que conformam a experiência quilombola no Brasil. Daniel de Souza, em sua narrativa, transcende a condição de narrador de sua própria história para se tornar uma figura central na compreensão das relações de poder, resistência e solidariedade que estruturam os quilombos. Como antropóloga e quilombola, reconheço que esta narrativa nos convida a refletir sobre os fundamentos de uma sociedade marcada pela exclusão, mas que também revela, nas margens, práticas de resistência e criação.

O ato de narrar sua trajetória pessoal e coletiva faz de Daniel de Souza não apenas um contador de histórias, mas um agente ativo na construção da memória e da identidade quilombola. Sua frase, que dá título ao livro, não é apenas uma expressão poética, mas uma afirmação política: “Eu só quero se for junto, separado eu não quero, porque nunca vivi assim” é uma descrição do *ethos*, ou seja, descreve o espírito coletivo que valoriza a união, o apoio mútuo e a resistência, refletindo a maneira como vivemos e enfrentamos as dificuldades juntos, em vez de seguir uma lógica individualista quilombola, fundamentada no pertencimento coletivo e na recusa a qualquer forma de fragmentação ou individualismo. Nesse sentido, a coletividade não é uma escolha contingente, mas um imperativo social e político que emerge das condições históricas impostas pela diáspora africana e pela resistência às reminiscências da escravidão na luta por reconhecimento. A recusa de Daniel à separação da titularidade de nossos territórios é, na verdade,

2. Quilombola de Cachoeira Porteira, Doutora em antropologia (PPGA/UFPB), Pós-doutorado PDP-G-AFIRMATIVAS (Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Políticas Afirmativas e Diversidade). Projeto Ensino, pesquisa e extensão com foco em direitos culturais, gestão territorial e desenvolvimento em comunidades quilombolas-PPGSND/UFOPA. Integrante do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

uma excluída da lógica individualista que o colonialismo tentou impor, a reafirmação de um projeto de vida comunitária que se constitui como resistência ao apagamento e à desposseção.

Como mulher preta, quilombola de Oriximiná, vejo neste livro um marco na luta pela autodeterminação das comunidades quilombolas. Ele reforça um espaço de protagonismo em que não são mais as vozes externas que contam a história dos quilombos dos rios Trombetas e Erepecuru, mas os próprios quilombolas que reivindicam a palavra, reinterpretam os significados de suas vivências e seus direitos e sua posição na história do Brasil.

Daniel de Souza é relevante para o movimento quilombola e para as ciências sociais, ao apresentar uma perspectiva interna, fundamentada nas práticas e significados que moldam o cotidiano quilombola em relação às estruturas de poder externas, como o Estado, a Igreja e os mecanismos coloniais. Ele nos conduz por uma trajetória que começa na infância, marcada pela escassez de oportunidades educacionais, mas permeada pela vivência cultural e afetiva do território de Jauari. Em sua narrativa, o autor não apenas relembra sua trajetória individual, mas situa cada experiência em um contexto mais amplo, tecendo uma teia que conecta sua história pessoal às lutas coletivas pela titulação de terras, pela preservação cultural e pelo reconhecimento político.

O livro também evidencia as formas pelas quais as comunidades quilombolas enfrentam o racismo estrutural e a violência simbólica que permeiam as relações sociais no Brasil. Daniel nos mostra que resistir não é apenas um ato político, mas uma prática cotidiana que se manifesta nas festas de Santo, nos puxiruns, no *Aiuê* e em tantas outras expressões culturais que reafirmam a presença quilombola. Essas práticas são instrumentos sociopolíticos que sustentam a identidade coletiva e a luta por direitos. Entendendo que a cultura é também um campo de poder, o autor demonstra como as práticas culturais quilombolas funcionam como estratégias de legitimação e resistência.

Ao mesmo tempo, a narrativa de Daniel de Souza nos desafia a reflexão sobre os paradoxos das relações de poder nas quais os quilombolas estão inseridos. Ele mostra como a relação com instituições externas, como o Estado e a Igreja, é, ao mesmo tempo, de tensão e negociação.

A Igreja, por exemplo, que em muitos momentos foi responsável pela repressão cultural, aparece na narrativa como uma aliada em momentos cruciais, como no incentivo à organização política e na valorização de práticas culturais como o *Aiuê*. Essa ambivalência nos faz questionar os limites e as possibilidades de resistência em contextos de dominação.

Por fim, este livro é também uma reflexão profunda sobre memória e identidade. Ao relatar as suas experiências e as histórias transmitidas pelos mais velhos, Daniel realiza um trabalho de memória que vai muito além da preservação do passado. Ele transforma essas recordações em uma ferramenta para a ação no presente e para a construção de um futuro em que nós, quilombolas, possamos viver plenamente. Afinal, a memória é um ato de justiça, pautada na defesa oral, a narrativa de Daniel é uma forma de justiça social, ao dar voz a um povo que tantas vezes foi silenciado.

Para além de seu valor biográfico, esta obra é uma contribuição indispensável à compreensão das relações raciais, aos estudos sobre memória coletiva e à autoconsciência das comunidades. Ao leitor(a), deixo um convite: mergulhe nas páginas deste livro com a mente aberta e o espírito atento. Aqui não se encontram apenas as memórias de um homem, mas a história de um povo, de um território e de uma luta que ainda não terminou. Que as palavras de Daniel de Souza inspirem novos caminhos de lutas por reconhecimento e direitos.



SÉRIE · 2^a

3. PARTE I: INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA: “A DISCRIMINAÇÃO ERA UMA COISA FORTE”.

Eu me chamo Daniel Souza, nasci no quilombo de Jauari, no dia 3 de maio de 1958. É assim, minha infância, minha adolescência, foi muito boa. Por um lado, porque a gente vivia uma vida diferente do que é hoje. A gente tinha tudo, comida, vivia bem. Só que tinha um problema: a oportunidade, naquela época, a gente não conseguia. Não tinha como estudar, era muito difícil, né? Eu só estudei até a segunda série do ensino fundamental.

Aí eu fui crescendo. Quando completei 7 anos, minha mãe começou a pensar que era muito triste a gente crescer sem aprender a ler. Ela achava isso muito triste. Ela dizia: “Olha, 7 anos é muito pouco. Quando tu completares 8 anos, tu vais começar.” Aí, com 8 anos, eu comecei. Quando terminei o ABC, já sabia ler. E a mamãe costumava botar a gente em público, em cima de uma caixa, pra gente ler na frente dos outros alunos. Eu era muito curioso. Com 8 anos eu aprendi, aí estudei mais um ano, até os 9 anos. Mas depois não estudei mais, porque não tinha mais como. Ela me ensinou tudo o que sabia.

E não era só eu, um grupo de parentes nossos também, primos, meus irmãos, porque minha mãe achava, ela dizia assim: “É muito triste vocês não saberem ler. Como vocês não sabem ler? Como vocês vão saber o nome dos barcos? Como que vão passar e não vão saber o que está escrito? Quando tiver que ir à cidade, vocês não vão saber dizer o que é, porque não sabem ler.” Era uma dificuldade, né? Aí ela dizia: “Meu filho, o que eu sei é isso.” E a gente aprendeu aquilo que ela sabia. Não foi só ela que me ensinou, outras pessoas também. Por exemplo, a tia Mari Olímpia foi minha professora, o Zezinho Orlando também, a Florinda foi minha professora. E esse pessoal continua vivo.

Quando chegavam pessoas em casa, eu pegava o meu livro e chamava: “Olha, minha mãe me ensinou até aqui, mas foi até aqui que aprendi. Daqui para frente eu não estudei mais.” Aí a pessoa dizia: “Ah, mas eu ainda sei isso.” Às vezes eu passava uma semana em casa, e nesse tempo

eu aproveitava para estudar. Eu saía cedo para pescar com meu primo, meus primos, a gente pescava. Quando davam oito horas, a gente já tinha que estar pronto para a aula. Aquela pessoa vinha me dar aula, mas só para mim, porque eu era curioso, queria aprender mais um pouco. Não tinha escola. Essas pessoas eram amigos e parentes que sabiam um pouquinho mais do que eu, e me ensinavam o que podiam.

Eles sabiam um pouquinho mais do que eu, e eram amigos, né? A Florinda, o Zezinho Orlando, a tia Maria Olímpia, que era minha tia. Eu ia lá com meu tio. E, assim, quando a tia veio, já foi bem depois, eu já tinha uns 15, 16 anos. Mas com esses outros, eu era um menino de 10, 11 anos. E, curioso como eu era, ia atrás de aprender.

Uma coisa que marcou muito para mim naquela época foi o Valvique Garcia, onde eu dormia, ele construiu aquela casa e depois abriu um restaurante legal. Ele era uma pessoa muito humilde. Lembro que minha irmã Fernanda morreu de malária, e ele era padrinho da menina. Quando ela faleceu, ele arrumou tudo para o enterro. Quando voltaram do enterro, ele estava muito abalado.

Eu fui ao barco com ele, e ele gostava muito de mim. Ele dizia: “Preto, tu és curioso, tu queres saber das coisas, né?” Eu respondia que sim. Aí, quando chegamos de volta, ele estava chorando, bem emocionado. Eu disse: “Vamos lá ver ele, está chorando.” Ele estava muito triste, dizendo: “Minha afilhada morreu de malária. Que vergonha, né? O prefeito não dá atenção, não tem escola aqui.”

Aí ele me chamou: “Vai lá, abordo comigo, vem aqui comigo.” Eu desci e ele perguntou: “Tu irias comigo para a cidade para estudar?” E eu disse: “Eu iria, eu ia sim!” Aí ele perguntou: “Você vai mesmo?” Eu disse: “Eu vou, peça para o papai.” Aí ele pediu para o papai. O papai disse: “Se ele quiser ir, pode ir.” Mas, olha, para eu vir para cá para a cidade, era muito difícil. Eu cheguei a passar oito anos sem voltar. Meu irmão diz que foi devido à discriminação, que a gente sofria muito por ser negro. E, realmente, a discriminação era uma coisa forte. Mas não era só isso. A gente também tinha medo.

A mamãe sempre espantava (chamar atenção) a gente quando fazíamos algo que ela achava errado. Ela tinha muita fé, e a gente também acreditava muito nas coisas que ela falava. Por exemplo, uma coisa simples, como tomar banho. Ela dizia: “Tomar banho às seis horas?

Não pode. Não pode tomar banho depois das seis horas da tarde.” A gente tinha que tomar banho antes disso. Era uma questão de fé e de respeito às crenças dela, aos encantados que ela acreditava e respeitava.

Então, depois, oito horas da noite podiam, mas seis horas não podiam, era proibido, meio-dia também não podia. Os encantados estão na beira, e eles não iam gostar disso. A mamãe falava muito dessas coisas, e quando a gente teimava, ela dizia: “Olha, ele veio o pega-pega e vai pegar vocês”. E a gente ficava com muito medo. Deus o livre, era um medo danado.

Eu falei para ele que eu ia. Ele disse: “Mas não nessa viagem. Fala com o papai, numa outra viagem eu te levo.” E foi o que aconteceu. Quando embarcamos no barco, lembro que meu tio estava do lado, eu lá na polpa do barco Simpatia. Ele disse: “Seu boneco, esse preto, se Deus quiser, ele vai estudar e virar médico. Eu quero que ele estude medicina.”

Porque, olha, aqui é uma vergonha. Não vem médico, não tem escola, o prefeito não dá atenção, e isso é muito ruim, você fica sofrendo. E aí ele disse: “Vou levar ele comigo.” Ele já tinha um afilhado, o Leôncio, que ele ajudou a se alfabetizar. Mas aconteceu uma coisa muito triste na vida dele. O Leôncio foi para Belém, e lá ele teve um problema psicológico, acabou morrendo na rua, enterrado como indigente. O Leôncio era primo do meu pai.

Então, eu fui, fiquei lá com ele. Mas eu chorava muito, sabe? Tinha medo, andava pela cidade e tudo. Ele me chamava e eu passava o dia lá, naquele prédio. Eu morava com a avó da mulher dele, dona Clara e Piquichita. Para você ter uma ideia, a dona Armanda deve ter quase 90 anos. Eu conheci tanto a avó quanto a mãe dela, e morava com elas. Eu dormia lá e passava o dia. Só que eu não tinha sossego. Eu não me acostumava. Sentia vergonha.

Ele sentava na mesa para almoçar e me chamava para sentar junto. Para ele, e para a dona Armanda, eu era tratado como parte da família. Mas eu me sentia deslocado. Quando eu me escondia, ele ficava chateado e perguntava: “Mas o que é? Onde ele tá?”

Eu não sei. Aí ele dizia: “Mas, rapaz, vem para cá com a gente, tu é da nossa família.” Eu tinha 12. Isso foi em 1970, né? Porque eu nasci em 1958. E aí, eu ficava chorando, chorava muito. E ele dizia: “Olha, eu não quero que tu vás

embora, quero que tu fiques aqui.” Aí eu dizia: “Mas por quê, rapaz?” E ele respondia: “Tu tens que ficar aqui para ti estudar. Tu não estás trabalhando, tu só vais estudar. Se tu não te acostumares aqui, tu vais embora para Belém com a minha cunhada. Tu vais morar lá, e tu só vais estudar, dormir e passear, tu não vais fazer outra coisa. Por favor, eu quero que tu aprendas. Está vendo o sofrimento do teu povo?” Tu viras um médico de repente e vai ter que voltar pra cá para ajudar teu povo.” Ele me dava esses conselhos e ela também. Ela está viva até hoje. Eu dizia: “Olha, tudo bem, mas eu não aguento.” Aí minha tia chegou, eu tinha uma avó, que era uma pessoa com quem nós ficávamos na casa dela, chamava de vovó Antônia Bentes, mas era irmã da minha avó.

O nome dela era Antônia, Antônia Bentes. Então, eu fui pra casa da vovó. Depois, a vovó Gregória chegou, e eu fiquei com ela lá. Dois dias depois, nós fomos embora e eu voltei pra casa. E eu chorava muito, né? Aí o papai disse: “Poxa, meu filho, tu viu?” Eu disse: “Eu voltei. Eu não me acostumei, papai, não deu certo pra mim.” Tudo bem, eu era acostumado a ir para o mato cortar castanha com ele. Na verdade, a partir dos 11 anos, eu já carregava castanha. Eu já derrubava roçado com o papai, já plantava roçado com ele. E mesmo quando eu era menor, a mamãe ia pra a roça e eu ia com ela. O Hugo era pequeno, o mais novo era pequeno, e eu levava ele no colo. Às vezes, eu botava ele numa caixa para ajudar ela a arrancar mandioca. Eu não carregava panela porque eu era pequeno, tinha 7, 8 anos, muito novo pra isso. Mas eu ia com ela.

Pra torrar farinha, ela trazia, e era no ralo que a gente ralava a mandioca. Ela me ensinava a ralar, e não só a mim, mas também aos meus irmãos, o Irineu, o Zezinho. Eu e o Zezinho éramos os mais velhos. E minha vida foi assim até mais ou menos os 11 anos. Com 11 anos, comecei a carregar castanha, mas eu não era dono do meu dinheiro. Eu trabalhava, mas o papai pegava o dinheiro, ele comprava as coisas. Às vezes, ele dizia: “Olha, isso aqui é pra ti comprar um perfume, uma coisa.” Mas as roupas, era a mamãe que comprava. Às vezes, ela fazia farinha, torrava crueira, socava, pilava e trazia pra vender, pra comprar roupa pra nós aqui. Era uma vida assim, que eu percebo na minha adolescência, nesse período entre os 11 e 14 anos, que a gente não era dono do nosso dinheiro.

A gente trabalhava, entregava o dinheiro para o pai, ele dava o que sobrava pra a gente, e a gente continuava assim, ajudando nas despesas de casa. Quando era para vir pra a cidade, a partir dos 12 anos, eu já

começava a vir, né? Depois dos 13, ele já me mandava pra a cidade para fazer compras. Mas eu sempre vinha com muito medo. Eu tenho muito orgulho de contar isso, porque naquela época era difícil.

Na verdade, a gente tinha medo porque sofria muita discriminação. Mas, além disso, tem tantas outras coisas que eu lembro, especialmente uma história com meu avô Ricardo Mello. Eu tinha uns 11 anos e, uma vez, ouvi ele e meu pai conversando, mas a gente não podia se meter nas conversas deles. Aí o vovô pediu ao meu pai: “Quero que o Daniel vá caçar comigo”, era um sábado, janeiro de 1969. E meu pai disse que eu podia ir. Na manhã seguinte, saímos cedo. Quando chegamos numa certa parte da mata, encontramos um bando de queixada. O vovô me deu a espingarda pra atirar, e eu nunca tinha atirado antes.

Eu disse: “Mas, vovô, eu não sei!” E ele respondeu: “Vai, atira!” Aí eu atirei e errei. Tentei de novo, errei o segundo. No terceiro tiro, consegui acertar. Matei um queixada. Depois disso, a gente sentou, e aí eu disse: “Agora vamos quebrar a castanha, né, para botar na comida.” A gente tinha pegado pouco, mas o suficiente para fazer comida.

Eu disse: “Mas cadê seu terçado? Não estou vendo.” Ele olhou, procurou, mas não achou. Então eu lembrei: “Vovô, na corrida que a gente deu, o sininho do terçado encostou numa árvore, num pau de timborana bem grande. Deve ter ficado lá.” Aí ele falou: “Vamos lá procurar.” E fomos nós dois andando pelo mato. Quando chegamos lá, o terçado estava exatamente onde eu disse. Depois, sentamos para quebrar a castanha, com o queixada já no panelaço, e foi nesse momento que ele começou a me contar sobre a escravidão.

Eu fiquei surpreso e perguntei: “Escravidão? O que é isso?” E ele respondeu: “Meu filho, meus avós fugiram da escravidão. Eles vieram parar aqui para escapar disso.” Ele contou que nasceu por volta de 1895 e que, durante a fuga, viajavam apenas à noite para não serem pegos. De dia, eles se escondiam.

Fiquei curioso e perguntei: “Como foi isso, vovô?” Mas ele parou e disse: “Olha, eu estou te contando sobre a escravidão, mas tem uma coisa que eu preciso te dizer: quando você chegar em casa, não fale disso com ninguém. Não comente com o seu pai, nem com ninguém. É um assunto delicado, e eu não quero que você espalhe essa história. Se eu souber que você contou, vou ficar muito desapontado.” E eu prometi que não falaria. Tinha só 11 anos, mas essa lembrança ficou marcada em mim.

Em janeiro de 1969, eu tinha 11 anos. A data exata eu não lembro, mas foi nesse mês que aconteceu. Eu já sabia ler e escrever um pouco, e eu me lembro de estudar com um livro chamado *Infância Brasileira*. Nesse livro, apareciam imagens dos negros carregando pesos, e o texto falava: “pobres negros”. Aquilo me marcou. Eu peguei o livro e fui mostrar para a mamãe. Eu disse: “Mamãe, olha esse livro que a senhora me ensinou, *Infância Brasileira*. Está falando dos negros.” Ela respondeu: “Sim, meu filho, e por que tu está falando isso?” Eu fiquei em silêncio, pensando no que o meu avô Ricardo tinha me contado sobre a escravidão.

Fiquei com aquilo na cabeça e, depois de um tempo, criei coragem e disse: “Mamãe, se eu te contar uma coisa, a senhora promete que não vai contar para ninguém?” Ela respondeu: “Não, não vou, mas o que tu queres falar?” Aí eu expliquei: “Eu estudei no livro e o vovô me contou sobre a escravidão.” E ela disse: “Pois é, meu filho, é por isso que eu não falei dessas coisas pra vocês. Ele te contou, mas não vou dizer nada a ele sobre o que tu me falou. Ele contou pra mim também, mas a gente não fala disso pra vocês.”



Figura 1: Figênia. COUDREAU, O. *Voyage au Cuminà: 20 de abril de 1900 – 7 de setembro de 1900*. Exibição ilustrada de 20 vistas e 1 carta do Rio Cuminà. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1901.

Aconteceu, mas era um segredo que eles não queriam compartilhar conosco naquela época. Da minha triavó Figênia fugir e se esconder pra cá. Meu pai, Zé Agostinho, era primo do Felipe Xavier, que eu nem cheguei a conhecer. Felipe era primo legítimo do meu avô, José Agostinho, e eles pescavam juntos. A irmã do vovô era também irmã dele, do velho Felipe Xavier, que era avô do Sotero, do 90. Eu disse: “Oh, mamãe, pelo amor de Deus!” E ela respondeu, “Pois é, meu filho, isso aconteceu.”

Eu me lembro de um dia em que minha mãe deixou a gente em casa e escutamos o som de um barco. Eu ainda tinha uns oito ou nove anos naquela época. A casa onde estávamos era uma das poucas ali, mais atrás da tia Anézia. Aí eu falei para o Irineu, meu irmão: “Irineu, esse barco... será que ele veio buscar a gente de volta?”

Irineu pegou e se meteu no meio do mato, com Hugo no colo. Eu fui atrás dele, tinha quase com uns doze anos. Se meteu em um rabo de camaleão. A gente entrou e se escondeu. Quando a mamãe chegou, já quase sete horas da noite, começou a procurar por nós. Ah, mas depois a gente ria demais de nós mesmos. Eu disse: “Eu não sei, a gente está aqui.” Aí o papai chegou e perguntou: “Mas por que vocês estão aí?” Eu respondi: “Ah, papai, a gente correu porque vinha um barco.” Mas isso acontecia muito, não só com a gente, mas com outros pretos também. A gente tinha que se esconder, e o papai pegava o terçado e falava: “Vem cá, vamos tirar vocês daí.” E assim, a gente voltava.

Mas nessa época que eu estou falando, a gente já tinha ficado muito tempo sem vir para a cidade. A mamãe, por exemplo, passou dez anos sem vir. Ela dizia: “Eu não vou.” E o engraçado é que ela tinha estudado na cidade, morado com uma família de classe média, mas, mesmo assim, ainda carregava esse medo. Ela nunca falava para mim diretamente, mas dava para perceber que o medo estava lá, e a gente herdava esse sentimento. Ficávamos assustados com tudo o que acontecia.

Após viver essa experiência com o seu Valvique, quando eu fui para lá, e com os outros, aqueles professores que, na verdade, não eram professores, mas sabiam mais um pouco do que eu, completei meus quinze anos. E foi nessa época que a tia Maria Olímpia também começou a me dar aula. Ela é viva até hoje. Ela me ensinou bastante,

falava sobre coisas práticas, como lidar com dinheiro, fazer compras, e, principalmente, incentivava a gente a não ter medo de ir para a cidade. Ela dizia: “Vocês estão crescendo, já são rapazes, têm que aprender a enfrentar essas coisas.”

4. PARTE II. FUNDAÇÃO DA COMUNIDADE DE JAUARI: TRADIÇÕES, FÉ E RESISTÊNCIA.

Na verdade, essa história começa lá atrás, com quatro famílias que fugiram da escravidão: o nosso tataravô Lotério, depois vem o Santana, a Fígênia e o Torino. Essas quatro famílias fugiram para o Erepecuru e ficaram lá até 1889, depois da abolição. Aí, quando acabou a escravidão, eles vieram pra cá e fundaram a comunidade em 1949.

Essas famílias fugiram das fazendas de Santarém, porque, claro, ninguém gosta de ser escravo, né? E quando vieram, trouxeram sementes de cacau, pedaço de cana para plantar, trouxeram o que dava para sobreviver no meio da floresta. Era a estratégia deles, um jeito de sobreviver e morar num lugar seguro. Naquele tempo, eles chamavam isso de *mocambo*, que era o refúgio deles.

Então, o mocambo, dentro da concepção que eles usavam, era o lugar seguro, onde eles sabiam que não iam ser perseguidos por ninguém. Naquela época, eles eram chamados de “preto mocambeiro”, isso era o que meu avô me contava. E essas famílias vieram e fundaram a comunidade, já com os netos deles, como o Brasileiro, meu avô Ricardo, o Braz Manuel de Figueiredo, o Vitor Amaral, pessoas mais antigas. Eles começaram a fundar a comunidade em 1949. Eu nasci em 1958, né?

A comunidade começou do outro lado do rio, onde eles moravam. Eles viviam sempre em grupo, sempre dividiam o que tinham entre eles. Faziam a agricultura, cada um tinha sua parte, mas era tudo em conjunto. Hoje faziam um puxirum pra um lado, amanhã pra outro. Dessa forma, formaram a comunidade com a estratégia deles mesmos, sem ninguém orientar. Eu acho que isso veio um pouco da África. Eles fundaram em 1949 e ficaram lá.

Depois eu nasci, em 1958, e com o tempo a comunidade foi parando. Aí, minha mãe, que era a caçula da família do meu avô, com 81 anos hoje, começou a fazer festas. Ela pegava um vidro, amarrava um monte

de fitas e fazia a festa, né? Fazia folia, ladainha com as crianças. Ela começou do outro lado, fazendo coleta entre nós para manter a festa. Depois, ela decidiu atravessar para outro lado, onde era o terreno do meu avô. “Vamos fazer, meu filho, vamos pra lá que é terra firme”, ela dizia. Ela gostava muito de trabalhar, de plantar, mas as coisas que plantava do outro lado, como laranjeiras e abacateiros, morriam porque afundavam. Então, decidimos passar pra cá.

Tudo bem, quando eu completei dezesseis anos, a comunidade do Jauari, que tinha começado lá em quarenta e nove, já estava meio parada. A gente ainda ia à igreja todos os domingos, eu era pequenininho, mas eu já entendia e via as coisas. Depois, com o tempo, a comunidade foi parando. E aí, quando completei dezessete anos, lá em setenta e cinco, a comunidade começou a se movimentar de novo.

4.1 A INFLUÊNCIA DA TIA MARIA OLÍMPIA E DA IGREJA.

Aí eles começaram a pensar nessa questão do padre ir e sempre parar na casa do vovô. Toda vez que o padre vinha, ele parava lá, fazia a novena à noite, mostrava um pouco do martírio de Cristo, depois tinha a missa, e a gente sempre participava. Foi aí que ele começou a discutir: “A gente vai ter que fundar uma comunidade aqui no Jauari”. Ele falou isso com a tia Maria Olímpia. Mas antes disso, a mamãe já fazia as festinhas dela. Ela não tinha santo, então ela pegava um vidro, amarrava um monte de fitas e colocava a gente para fazer a folia. No final, ela fazia uma festa. Para ela, aquele vidro era São Benedito, o protetor da gente.

Depois, com a tia Maria Olímpia virando professora, o padre foi lá falar com ela. Ele deu uns livros e disse: “A senhora vai começar a celebrar o culto aqui na comunidade, para virar uma comunidade desse lado”. Já do outro lado, lá por mil novecentos e setenta e cinco, setenta e seis. Aí, a titia me chamou: “Quando for o encontro, Daniel, você tem que ir”. Eu perguntei: “Mas como assim, titia?”. Ela disse: “Tu tens que ir, meu filho, porque eu tenho um filho pequeno e não posso ir, então

você vai no meu lugar”. Ela sempre me incentivava. Às vezes, quando eu ia fazer a leitura e não fazia direito, ela me chamava depois: “Olha, tu não olhaste bem a leitura, tem que continuar”.

Ela sempre me dizia: “Quando tu fores fazer uma leitura, tem que se preparar uns dois, três dias antes, avaliar bem, para ler em público”. Tudo bem. Aí, ela falou: “Agora você vai, e nós vamos fazer a capela também”. Aí o papai e os outros ajudaram, e a gente fez a capela lá na comunidade. Quando tu fores fazer uma leitura, tu tens que, dois, três dias antes, avaliar direitinho para poder ler em público. Tudo bem, aí eu fazia como ela dizia. Aí, depois de um tempo, ela disse: “Agora você vai, e nós vamos construir a capela também.”

4.2 A TRAVESSIA.

A gente continuou com a comunidade em 1976, quando a gente atravessou para o outro lado do rio. Foi em 3 de janeiro de 1976 que a gente fez essa travessia, e a partir disso, a comunidade seguiu, se fortalecendo cada vez mais. Esse momento marcou a continuidade da nossa trajetória e da construção da comunidade do Jauari. No dia 14 de fevereiro de 1976, consideramos como a fundação da comunidade. Foi quando compramos o primeiro barco quilombola, que meu pai comprou com a nossa ajuda. Antes disso, a gente ia pra cidade de canoa. Esse dia foi importante, porque o nosso barquinho chegou da cidade e, a partir daquele momento, tínhamos um barco pra comprar nossa despesa, com motor e tudo. Assim, a comunidade surgiu oficialmente no dia 14 de fevereiro de 1976.

A gente construiu uma capela de palha, como antes, e a comunidade continuou. Eu fui o primeiro coordenador da comunidade, com 17 anos, em 1976. Só completei 18 em maio daquele ano, mas comecei a coordenar com 17. Aí começamos a celebrar culto. Aí o padre Vinha já, o culto era lá. E aí ele me incentivava muito. O meu pai, a minha mãe e a titia, aí, olha, vai ter evento na cidade e você vai ter que ir. Aí isso me incentivou muito, que eu vinha participar dos eventos.



E a gente sempre queria estar presente. E ela me incentivava muito, dizendo: “Olha, tu tem que fazer isso. Tu vai lá para a igreja quando fores e quando voltares, tu conta as novidades.” E eu ia, chegava lá e trazia as notícias do que estava acontecendo, sempre incentivando a nossa comunidade a continuar. Isso aqui é de vocês. Vocês são descendentes dos escravizados que fugiram para cá. Então, isso aqui é de vocês. Vocês têm que preservar. Vocês não podem deixar as pessoas mexerem nisso aqui. Quando eles vierem, vocês têm que ir lá impedir que essas coisas aconteçam, porque vai ser muito ruim para vocês. Vocês vão sofrer depois. Vocês têm uma vida aqui muito saudável.

4.3 PUXIRUM E PARTILHA: OS LAÇOS COMUNITÁRIOS E A TRANSMISSÃO DE TRADIÇÕES QUILOMBOLAS.

E esse costume nosso, que era de dividir comida, era uma obrigação. A gente pegava comida e dividia com todo mundo. Quando era para fazer o roçado, todo mundo ia junto. No puxirum, todo mundo trabalhava junto. Terminava na roça de um, e depois íamos para o puxirum de outro. Quando estava tudo pronto, aí era hora de plantar. E todos juntos de novo. Quando colhíamos comida, não era questão de alguém não ter. Não tinha isso de “não tem”. Era uma obrigação dividir. Por quê? Porque era tradição, era o que tinha que ser feito. Isso não era algo que a gente inventava na hora. Era trazido de antes, do papai, do vovô, do bisavô. Eu ainda conheci meu tataravô, que morreu com 115 anos. Ele tocava, fazia muita música.

Na verdade, meu bisavô se chamava Benedito Melo, e meu avô se chamava Ricardo Melo. O meu avô, inclusive, era primo do Balduino. A mãe do Balduino era irmã da mãe dele. Entendeu? A velha Rosária, que era avó da minha mulher, Marina, era irmã do meu bisavô e tia do meu avô. Então, a gente viveu tudo isso, não porque a gente inventava de fazer, mas porque era a tradição. Era o costume que herdamos deles, vivendo no quilombo, dividindo o que tinha. Naquela época, não tinha dinheiro; a gente trocava o que podia, muitas vezes alimentos. Até hoje, eu ainda guardo o cacual da minha triavó, a Figênia. Também tenho uma do meu tio, irmão do meu bisavô, que se chamava Guilherme.



Figura: Guilherme. COUDREAU, O. *Voyage au Cuminà: 20 de abril de 1900 – 7 de setembro de 1900*. Exibição ilustrada de 20 vistas e 1 carta do Rio Cuminà. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1901.

Ele foi um preto que teve muito treinamento. A Efigênia também. Ela também era importante, era minha triavó. O pessoal sempre falava que ela era a minha triavó, e que era a tataravó do meu pai. Isso quem me contou foi minha tia. E esses costumes que eles trouxeram para nós, passaram de geração em geração, sabe? A gente não viveu a mesma vida que eles, mas herdamos muita coisa. Assim como, por exemplo, na época em que os padres começaram a visitar a comunidade, logo no início, quando eles vieram.

Engraçado é que um dos padres antigos de Oriximiná comentou uma vez que ele precisava vir para o Erepecuru e para Trombetas porque os pretos daqui não eram mais considerados cristãos. Ele disse que eles não rezavam mais, que o que faziam era só ladainha e festas. Era só o que eles faziam, mas, como eu digo, eram as tradições, os costumes deles. Aí, quando a igreja entrou, no começo, era assim mesmo. Mas quando veio, por exemplo, o padre Patrício, ele já veio com uma visão diferente. Já dizia para a gente lutar pelos nossos direitos, com uma visão política bem mais avançada, né? Não era mais aquela tradição antiga de manter tudo como era antes, tinha que mudar. Muita coisa que ele incentivava era a questão da cultura.

Por exemplo, o nosso ritual, a mamãe rezava e cantava para nós. No ano em que ela nasceu, a igreja proibiu o Aiuê. Mas mesmo assim, ela aprendeu com os mais velhos (Benedita Santana, Deunilo Pinheiro e Espírito Santo), vendo eles cantarem, e foi aprendendo. Ela quis passar isso para nós. E quando chegou de 1977 para 1978, eu já tinha vinte anos, aí as coisas começaram a mudar. Foi diferente, né? Começaram a chegar outros caminhos, outras pessoas, com uma visão diferente. Não era mais só a gente ir para a cidade, participar de culto, mas também tinha os cursos que começaram a ser feitos na comunidade, ensinando a gente que o lugar onde vivíamos era nosso, que pertencíamos a ele, que era nossa terra.

5. PARTE III: AS FESTAS DE SANTO E O RITUAL DO AIUÉ.

O Pedro Nonato era pai do Pedro Nonato Filho e primo do meu avô, irmão do Balduino Melo, que era o nosso *sacaca*, lá pela década de 30 e 50. Quando eu nasci em 58, já ouvia falar muito dele. O Balduino, eu cheguei a conhecer bem, mas o Pedro Nonato, eu não conheci. Ele era o marido da minha madrinha Luiza, e depois que ele faleceu, a mamãe pediu para eu ser afilhado dela, e assim fui, lá pelos meus sete anos.

O Pedro Nonato pai fazia grandes festas e era uma pessoa muito inteligente, sempre preocupado em manter a cultura quilombola viva. É isso que a gente ainda vê hoje aqui, mesmo que não seja exatamente como era na época. É um reflexo do passado que a gente tenta preservar. Ele organizava as festas tradicionais e, mesmo após sua morte, minha madrinha continuou com esse trabalho, não deixou a tradição morrer.

Ele foi uma figura muito importante para o povo daqui uma pessoa coletiva, sempre junto dos primos, ajudando a comunidade. Ele mantinha viva a tradição das festas quilombolas, fundamentais para que, hoje, a gente possa continuar esse legado.

5.1 A FESTA DE SÃO PEDRO.

Na verdade, era a festa de São Pedro, que hoje já não tem mais aqui. Era a festa de São Pedro que ele organizava. Mas quando ele faleceu, minha madrinha continuou mantendo essa festa viva. Para nós, que éramos crianças na época, a gente só ouvia eles falarem, e a gente ia pra lá, participava de tudo. Era uma festa em que tudo era doado. Eles saíam de casa em casa pedindo esmola para as famílias, não só aqui na nossa região, mas também em outras regiões. Naquele tempo, não se falava em comunidade como hoje. Na época dele, não se usava essa palavra; se falava nos “pretos do mocambo.” Era assim que a gente era

chamado, “pretos do mocambo,” e não se falava de comunidade. Cada um tinha seu padroeiro, trazido por eles mesmos, alguns até vindos da África, segundo eles contavam pra gente. Isso acontecia aqui, acontecia no Jarauacá, e em vários outros lugares dos quilombos. Porque os quilombos, na época, tinham um povo aqui, outro ali, mas era raro ter moradia distante; sempre ficava todo mundo junto.

Eles tentavam manter essas tradições. Eu não existia no tempo do Pedro Nonato, como eu disse, mas ele foi importante pra nós, porque a gente trouxe isso para a gente por meio de outras pessoas que também nem eram nascidas naquela época. E, à medida que íamos nascendo, começávamos a entender que isso era importante de se manter. Ninguém vinha ensinar: “Olha, tem que fazer assim.” Não, a gente já tinha isso no sangue, igual a ele, que não era da África, mas era descendente dos escravizados que fugiram para cá. E, depois que ele morreu, minha madrinha continuou com a tradição.

Era uma festa lá na casa dele, mas era uma festa do coletivo, sabe? Tinha a Juíza do Mastro, tinha a Juíza que cuidava das damas quando chegavam para dançar, tinha toda uma hierarquia. Tinha um fulano que, não é que ele mandasse mais, mas ele era o responsável por certas coisas. Por exemplo, o cara que cuidava do mastro era ele quem cuidava, o cara que cuidava da cozinha era ele quem cuidava, o cara que cuidava da ladainha era ele quem cuidava, e o mesmo com o cara que cuidava da folia.

Era todo um coletivo, um aparato coletivo, e no final todo mundo se unia para que a festa acontecesse. Embora ele fosse o dono da festa, todo mundo contribuía de alguma forma. Então, não era aquela coisa de dizer: “Ah, a festa é minha, eu vou bancar sozinho.” Não, todo mundo tinha uma ajuda, e isso era uma obrigação de todo mundo fazer. Na verdade, ele era o dono. Ele tinha o Santo dele. Todo mundo sabia que ele era o dono, mas os promesseiros também tinham um certo respeito por ele. Eles faziam as promessas e, além do esforço coletivo para a festa, esses promesseiros contribuía para bancar o que precisava. Não era porque ele pedia, mas era a obrigação de quem fazia a promessa. Então, o Santo tinha dono, e esse dono era o Pedro Nonato.

Quando ele morreu, a responsabilidade ficou para a mulher dele, minha madrinha, e ela continuou cuidando das festas. Só que, depois que ela parou, a festa também parou e não continuou mais. Mas enquanto ele estava vivo, e até um pouco depois, eu lembro de ter participado de duas dessas festas ainda criança, por volta dos meus sete anos, lá por 1965, mais ou menos. Depois, em 1969, teve outra, e eu também participei, já era um pouco maior, com nove, dez anos, e em 1969 eu já tinha onze anos. A gente ia lá e participava. E a pergunta era sempre a mesma: “De quem é a festa?” Era do Pedro Nonato. “E de quem é o São Pedro?” Era do Pedro Nonato, comemorado em 29 de junho. Era uma data já marcada na memória de todo mundo, não só dos adultos, mas das crianças também.

Na verdade, mudou bastante. Por exemplo, veio o Espírito Santo e ele fazia a festa com a gente aqui. Aí ele foi ficando mais velho, começou a fazer no Cuminá, mas quando ficou mais difícil para ele, nós mantivemos a tradição por aqui. E isso é muito importante, porque ninguém cobrava nada de ninguém. “Vamos fazer o barracão.” Barracão de 15 metros por 6, juntava aquele monte de gente para dançar lá dentro. Eu, papai, meus irmãos, a gente mesmo fazia tudo. Depois, o Espírito Santo vinha e conduzia a festa.

Mas tinha toda uma organização: tinha que ter a Ladainha, a Folia, e todo mundo vinha de longe para participar. Antes, era tudo feito andando de casa em casa, como eu já disse, mantendo a tradição de pedir esmolas. As pessoas contribuía, cada uma trazia um pouquinho, e às vezes até sobrava. Todo mundo se envolvia.

5.2 A FESTA DE SÃO BENEDITO.

O Espírito Santo manteve essa festa por um tempo na comunidade. Mas antes dele, quando a festa de São Pedro parou, a mamãe decidiu que deveríamos inventar outra festa para continuar a tradição. Ela pegou um vidro, amarrou umas fitas e chamou todo mundo para conversar: “Olha, nós temos muita criação aqui, vamos fazer uma festa, porque está acabando.” Não deu nome ao Santo de início, mas fez uma festa já ligada ao tio Antônio Melo, que tinha herdado São Benedito do pai dele.

E foi assim que surgiu a Festa de São Benedito, com muita comida e celebração. No final, mamãe disse: “Nós vamos manter isso.” Quando foi no dia 3 de janeiro de 1976, viemos para esse lado do rio e o tio Antônio Melo trouxe o São Benedito com a gente: “Vamos continuar.” O que quero dizer com isso é que, até hoje, a Festa de São Benedito permanece. Eu participo dela desde o começo. A de São Pedro, eu já peguei mais no final. Hoje, com 66 anos, vejo que é uma tradição que não pode ser esquecida. Precisamos envolver a juventude para continuar essa festa.

Muitas vezes, as pessoas vêm não tanto pela tradição, mas sabemos que ainda há um grupo de coletivos – pessoas de Jaraucá, Cuminá, Boa Vista e outros lugares – que querem manter isso vivo, principalmente os mais antigos. Aqui no Jauari, tentamos passar essa tradição para adolescentes e crianças, para que eles possam participar.

O Espírito Santo se foi, mas a festa continua. O Pedro Nonato também se foi, e a festa de São Pedro parou porque os netos não deram continuidade. Acho que ainda é hora de conversarmos com eles para retomar essa tradição, pois é mais do que um título. A tradição está ligada ao título do quilombo, que existe porque há uma cultura viva aqui. Hoje, muitos Santos não sei mais onde estão, mas prometo procurar o São Pedro para descobrir em que mãos ele está. Assim, podemos trazer a festa de volta, em algum lugar, para manter viva aquela tradição de antigamente. Seja São Pedro, São Benedito, a Trindade na Pancada, ou mesmo a Imaculada Conceição na Pancada. Mesmo quando não há festa, eles ainda fazem cerimônias para manter o espírito do coletivo vivo.

O Lourenço Melo, pai do Antônio Melo, era irmão do meu avô. Meu pai, o Chico Melo, era primo do Antônio Melo, já que eles eram filhos dos dois irmãos, Ricardo Melo e Loureço Melo. Então, fizeram essa união, e a festa segue até hoje, não deixamos morrer. Vem deles, vem do pai dele também. Além do Espírito Santo, vem do pai dele também, vem dos dois. O Espírito Santo fazia a festa no Cuminá e o velho Lourenço festejava aqui no Lago do Jamarú. Eram as festas que eles tinham, eram dois São Beneditos. Do Espírito Santo, ninguém ficou com ele, e foi aí que a gente teve a ideia do vidrinho, porque na minha época ainda tinha a Festa de São Pedro.

Eu mesmo não cheguei a participar da Festa de São Benedito aqui com o velho Lourenço Melo, irmão do meu avô, porque eu não tinha nascido ainda. Mas, como ele fazia, o tio Antônio pegou o São Benedito e guardou para ele. Aí, quando a mamãe pegou o vidrinho, que foi logo depois que a Festa de São Pedro acabou e a minha madrinha foi embora, ela disse: “Eu vou manter o vidrinho.” Aí, quando o titio se envolveu na festa, ele disse: “Não, agora nós vamos ter o São Benedito. Eu vou te dar, Maria, e nós vamos atravessar.” E ele veio morar aqui, e nós continuamos a festa. Mas eu sempre lembro que isso só está acontecendo devido à mamãe, que se dedicava, sentava conosco, todo mundo rodado, ela dizia assim: “Vamos ouvir a Ladainha, vamos rezar junto”. Isso ela que ensinou pra nós. E o que a gente deve fazer agora? Eu acho que a gente tem que continuar ensinando isso para os nossos filhos, para os nossos netos. A gente já tem neto, rapaz, daqui a pouco tem bisneto. E daí, como a gente vai fazer? A gente vai ter que manter, né?

Já era ideia do São Benedito, né? Porque ela fazia com o Antônio Melo. Aí, o Antônio Melo passou a ser o dono a partir do Lourenço Melo. Quando o Lourenço Melo morreu, ele deixou o São Benedito para ele, falou: “Está aqui, Antônio, esse Santo é seu”. Já estava mal de saúde, morreu na casa dele, mas o Santo ficou com o Antônio. Aí, o Antônio Melo continuou com o vidrinho. Quando o velho Lourenço morreu, a gente já morava desse lado, e a gente já tinha feito essa festa com o vidrinho, uma comemoração só entre nós mesmos. E o velho Lourenço ainda estava por aqui, ainda andava pelo Jamarú.

Quando ele adoeceu de vez, o velho Antônio Melo estava lá no Cuminá e acabou enterrando ele por lá. E antes de morrer, o Lourenço falou: “Olha, meu filho, antes de eu morrer, está aqui o São Benedito”. Mas isso foi bem antes de ele ficar mal, ele ainda estava bem de saúde. Aí ele disse para a mamãe: “Olha, Maria, esse Santo vai ser o Padroeiro da Comunidade Jauari, onde a gente está morando. Está aqui, pra ti, o Santo”. E foi assim que aconteceu.

5.3 O RITUAL DO AIUÊ.

Na verdade, o ritual de São Benedito vem do Espírito Santo. O *aiué* é um ritual do São Benedito, é um ritual que vem de lá, vem do Cuminá. Eram dois momentos de festa: o São Benedito com a turma do Espírito Santo e o Lourenço Melo celebrando aqui. O *aiué* do São Benedito do Cuminá acabou se juntando com o São Benedito do Lourenço Melo, que ficou para nós. A mamãe, com seus 87 anos, não chegou a ver o *aiué* dançado, mas resgatou isso para ela, porque ouvia o povo cantar.

No ensinamento deles, o São Benedito era a figura central do *aiué*, mas não apenas o São Benedito daqui, do Jamarú, e sim um São Benedito que se dividia em vários. Era como se fosse uma união de todos eles, incluindo o que o Espírito Santo trouxe para a mamãe, sempre ligado ao *aiué*. A mamãe aprendeu a cantar com o Deunilo, Benedita Santana, que ensinava para a gente. Sobre o ritual do *aiué*, eles chamavam de “cordão”, né? Era um ritual religioso, ligado às religiões de matriz africana. Por que acho que tem que existir? Porque, por exemplo, quando tinha a teonina – o que a gente chamava de horta –, quando tudo dava certo no plantio, eles comemoravam dançando, se divertindo.

E eram sempre convidados para essas festas. Segundo meu padrinho, chamavam outras pessoas de fora para dançar e apresentar a dança, e todo mundo ficava admirado. Mas quando a igreja começou a se envolver, os comerciantes mandavam fechar tudo. Diziam: “Esses pretos aí, batendo tambor na rua, isso é coisa do diabo”. Falavam assim mesmo. Meu padrinho, Deunilo Pinheiro, era jovem na época e contava essas histórias. Ele tinha uns 20 anos, por volta de 1935. Ele ensinou essas coisas para a mamãe, com a Benedita Santana, que era neta dos escravos fugidos para o Erepecuru.

E esse *Aiuê* era um ritual muito valorizado, não só lá, mas também aqui, especialmente para o lado do Itapecuru. Tinha um respeito muito grande por isso, entendeu? Para eles, o Rei do Congo era uma figura de liderança, o chefe dentro do cordão, e a Rainha do Congo era a parceira que dançava com ele. Tudo era tratado com muita seriedade, como parte da religião deles, porque, no início, o padre nem ia para lá. Eles trouxeram essa tradição consigo, e nunca quiseram que ela se perdesse.

Para eles, era algo que precisava ser mantido vivo, que precisava ser alimentado.

Depois, quando a Igreja proibiu o *Aiuê*, a gente nem sabia direito se a proibição era oficial, mas escutávamos: “A Igreja proibiu”. Foi repetido tantas vezes: “Proibiu, proibiu, proibiu”. Mesmo assim, a gente não deixou de lado. A mamãe, como sempre, dizia: “Nós vamos apresentar”. Ela me chamava para conversar, já que eu era o coordenador da comunidade, e dizia: “Não importa, vamos fazer de qualquer jeito”. Então, começamos a confeccionar as roupas para o ritual. Usamos sacas de fibra que estavam chegando na época e fizemos as roupas para o *Aiuê*: calças para os homens, blusas e saias para as mulheres, sempre seguindo a tradição.

Aí nós começamos a dançar. Quando o padre chegou, já fomos buscar ele lá no porto, dançando. E, assim que ele subiu, colocamos ele na roda. Aí cantamos e, quando terminamos, ele perguntou: “O que é isso?”. Aí a mamãe disse: “Vamos contar para o senhor”. Sentamos e contamos tudo para ele, explicando o que era. Ele ficou surpreso e disse: “Isso não pode acabar. Vocês têm que continuar. Toda vez que eu vier, quero que vocês façam isso. Essa é a tradição de vocês, o costume de vocês, e ninguém pode tirar isso de vocês”.

Depois que ele foi embora, a mamãe disse: “Não falei que ia dar certo?”. Então, ele realmente veio para nos incentivar, e a partir daí a gente não parou mais. A *Folia*, que é do mesmo cordão do São Benedito, está ligada ao *Aiuê*. Nós temos a *Folia* em Boa Vista, e o *Aiuê* também. Quando fazemos a festa, eles vêm de lá, dançando, e entregam para nós aqui, e a gente se junta para dançar juntos. Isso foi algo que eles deixaram para nós.

Os Pinheiros, por exemplo, ainda têm um representante vivo, o Duca, que está com 100 anos. Ele continua vivo, mas tem dificuldades, porque sofreu um AVC e tem alguns problemas de Alzheimer. Fala muito pouco agora, mas mesmo assim, foi assim que continuamos, sempre juntos, mantendo a tradição.

E depois disso, eu não dancei mais, mas meus filhos foram crescendo envolvidos nessa tradição. A gente até tem um filme, um trabalho que a Globo fez e pediu para a gente dançar. Foi meio inesperado, porque

a gente estava até com vergonha de participar do programa. Mas eles insistiram, fizeram o trabalho com a gente, e o programa foi ao ar com 40 minutos só nossos.



Aí, eu comecei a questionar: “Já que a Globo está aqui, vamos acordar com o tambor?”. Pegamos o tambor, começamos a tocar e eles ficaram curiosos: “O que é isso?”. Aí a gente explicou: “É um ritual, é uma dança nossa”. E aí eles ficaram lá conosco, impressionados. No final, eles falaram

que o programa seria todo nosso, mas acabaram dividindo o tempo com outras regiões. Depois disso, me pediram para dar um pendrive para eles gravarem, porque acharam o que fizemos muito bonito, e não esperavam por aquilo. Eles contaram que haviam escolhido uma comunidade no Brasil para esse programa especial, de 25 anos do Globo Rural. E a gente acabou sendo esse presente, mesmo que não soubéssemos disso na hora.

Quando começaram a buscar essa comunidade para o programa, eles ligaram para todos os estados brasileiros. Quando chegaram ao Pará, ligaram para a Embrapa e outros lugares, até que alguém disse: “Vocês têm que ir lá para o Jauari, no Erepecuru. É lá que vocês vão encontrar o que estão procurando, algo importante para vocês”. Eles vieram e fizeram o programa, que temos gravado até hoje. Se quiser, dá para assistir. É, na verdade, o Aiuê foi muito importante. Primeiro, ele demonstrou a nossa resistência. A gente está aqui há mais de 200 anos, e isso ficou confirmado por meio do Aiuê. Ele trouxe essa simbologia do Rei do Congo e mostrou isso para as pessoas de fora. “Olha, esse é nosso Rei do Congo, essa é nossa tradição...”. E todo mundo se espantava: “Que isso? De onde vem isso?” Então, o Aiuê representou um avanço na organização das comunidades, revisitando o nosso passado.

Num segundo momento, o Aiuê foi fundamental para levar essa mensagem a outras comunidades, incentivando-as a resgatar suas próprias culturas. Foi assim que outras danças, como o lundu e o carimbó, se fortaleceram em várias comunidades, todas inspiradas pelo Aiuê e pela comunidade do Jauari. Se você visitar qualquer comunidade e conversar sobre esse avanço cultural, vai perceber a importância do Aiuê nesse processo.

5.3.1 A importância do *Aiuê* nos processos de luta coletiva.

No contexto da titulação de terras, o Aiuê teve um papel ainda mais significativo. A terra do quilombo não é qualquer coisa. Nós quebramos o preconceito sobre a propriedade coletiva. No Brasil, essa ideia de terra coletiva é mais reconhecida para os povos indígenas, que têm uma posição diferente do nosso. O Aiuê foi essencial para que não precisássemos ir longe, mostrar quem somos. Ele nos deu essa

oportunidade, trazendo visibilidade não só para o Jauari, mas para todas as comunidades quilombolas. Onde tem quilombo, tem cultura e, por isso, deve ser titulado.



Vale lembrar que o Aiuê foi dançado oficialmente em 1989, um ano após a nova Constituição. Mas ele já existia muito antes disso. O problema era o preconceito e a proibição da igreja, que em 1935 proibiu o ritual. Então, veja bem, faz 86 anos que a igreja proibiu o Aiuê, o que mostra nossa resistência em mantê-lo vivo. Os mais velhos continuaram cantando, deixando essa memória para a minha mãe, que nasceu naquele ano. Ela ouvia o Aiuê e perguntava: “O que é isso?” Ela foi aprendendo com os mais velhos, como o Deunilo, que era casado com uma tia nossa, e também com a Benedita Santana, que era nossa parente. Assim, minha mãe começou a cantar e aprender sobre o Aiuê.

Agora, veja bem, 86 anos atrás, isso já era resistência. Eles proibiam os tambores nas ruas, diziam que não era “coisa de gente”. Mas os negros enfrentaram isso, mesmo quando a igreja era extremamente poderosa e ainda possuía escravos. Eles resistiram, mas o Aiuê foi interrompido. Quando chegou 1989, com os novos direitos constitucionais, minha mãe disse: “Vamos em frente”. E foi ela quem nos incentivou a levar o Aiuê adiante.

O Aiuê foi fundamental para o processo de titulação de terras, não só aqui, mas em todo o Brasil. O Boa Vista foi o primeiro quilombo a receber o título, e isso gerou muito interesse. Os outros estados – e não apenas as comunidades – nos procuravam para debater como titular outras terras. Aqui foi o começo de tudo. Eu diria que o Aiuê não foi apenas importante naquele momento; ele continua sendo relevante hoje. Infelizmente, ele ainda só existe no Jauari, não se expandiu para outras comunidades. No entanto, em qualquer lugar que vamos, o Aiuê é essencial para o processo político atual, dentro do contexto dos quilombos no Brasil, especialmente no município de Oriximiná.

Na verdade, ele foi apresentado no segundo Encontro de Raízes Negras. No primeiro Encontro, a gente estava comemorando 100 anos da Abolição, 40 anos da Convenção Internacional de Direitos Humanos e a assinatura da nova Constituição, que seria em 3 de outubro. A gente começou a comemorar em 26 de junho, e foi um dia muito importante para mim e para os outros quilombolas que estavam presentes. O Aiuê foi fundamental naquele momento, porque ele foi apresentado no Encontro de Raízes Negras, mas não no Pacoval. A nossa comunidade sempre teve esse destaque, então a própria Igreja disse: “O segundo Encontro vai ser no Jauari”. E lá dançamos o Aiuê, incentivados pela Igreja Católica. Mesmo com todas as dificuldades, o pensamento progressista da Igreja nos apoiou para continuar.

Naquele momento, para toda a região, incluindo Santarém, Alenquer, Óbidos e Oriximiná, a presença do Aiuê foi significativa. Havia outras manifestações em Óbidos, por exemplo, mas não sei se ainda existem no Matá. No terceiro ano, o encontro foi em Óbidos, e nós levamos o Aiuê para lá, e eles trouxeram o deles também. Foi uma oportunidade para reviver outras culturas quilombolas que estavam um pouco adormecidas. Aí o pessoal dizia: “Se o Jauari fez isso, nós vamos trazer o nosso também”.

O Aiuê acabou se tornando importante não apenas para nós, mas para todo o Baixo Amazonas. Depois, levamos ele para o estado, participando de um evento em Cametá. Quando o pessoal da Secretaria de Cultura viu a gente dançando, eles ficaram muito ansiosos, porque já conheciam o Marambiré, mas o Aiuê era algo novo para eles. Então, o Aiuê foi muito importante naquele momento e ainda é hoje.

6. PARTE IV – AS PRIMEIRAS ARTICULAÇÕES NO MOVIMENTO QUILOMBOLA: DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE AO ENCONTRO RAÍZES NEGRAS.

Pensamos muito com a Associação Cultural Obidense – ACOB, com a Idaliana Marinho. Eles começaram a refletir sobre como reunir os pretos. Isso foi lá por 1988, mas as discussões começaram em 1986, 1987. E por quê? Porque 1988 era o ano da Campanha da Fraternidade, que falava especialmente sobre os 100 anos da abolição e o que aconteceu nesses 100 anos depois da abolição. Então, a pergunta era: como íamos nos organizar? Tínhamos que ir.

Eles começaram essas discussões sem que a gente soubesse. Quando veio a Campanha da Fraternidade, o tema era: “Ouvir o clamor deste povo”. Aí fizeram o lançamento da campanha em um evento, e nós fomos. Quando chegamos lá, tinha aquele cartaz com uma caricatura de um preto. Nossa! E o pessoal daqui do Cachoery, que era muito racista na época, começou a achar graça. Diziam que o desenho era igual a nós. E o padre dizia: “Olha, é igualzinho ao Carlos Printes”, e o Rodrigo falava: “É, é igual à gente, preto”. E o pessoal continuava achando graça.

Quando o evento terminou, deram muito destaque para mim e para o Carlos Printes porque estávamos muito envolvidos na campanha. O nosso incentivo vinha muito da igreja. Porque, em 1988, eu já tinha família, já era casado, tinha oito anos de casado. E a igreja nos incentivava bastante. A Marina, minha esposa, já era professora há quatro anos. Eles nos incentivavam a lutar pelos nossos direitos. Aí eles começaram a discutir a ideia de fazer esse evento, e depois falaram comigo e com o Carlos. Eu e o Carlos éramos muito envolvidos mesmo na igreja. Se tinha um evento, a gente estava lá, não tinha erro. Então, eles montaram esse evento.

A gente foi para o Pacoval. Quando chegamos lá, eles explicaram tudo para a gente. E eu pensei: “Nossa! Mas que história é essa?”. Então, foi em 1988, com essa Campanha da Fraternidade, que começou a surgir a ideia de um movimento. Um movimento pela questão quilombola, para ser pensado naquele momento. E o Maranhão sabia que, naquela época,

era só uma pessoa que vinha de lá para cá com a gente: o Ivo Fonseca. Ele vinha de lá, era ele quem nos convidava. Mas lá também estava começando alguma coisa, um pouco impulsionada pelos 100 anos da abolição. Então, a gente organizou um evento. Quando chegamos ao Pacoval, aquele monte de preto reunido... Isso foi em 1988 mesmo.

O primeiro evento se chamava Raízes Negras. Ah, foi o Raízes Negras. O tema era “Do entrelaçar de nossas diferentes raízes brota o redento da esperança”. Isso ainda era organizado pela Igreja daqui e pela Associação Cultural Obidense, através da professora Idaliana Marinho. Ela já era uma professora aposentada, coordenava o museu de Óbidos, e foi uma das grandes incentivadoras. Ela estava sempre com a gente. Antes do evento acontecer, ela começou a registrar tudo o que os mais velhos falavam. Tu já leste sobre isso no livro dela, que se chama Puxirum, né? Pois é. Foi ela quem montou esse esquema todo. Aí nós fomos. Quando chegamos lá, era um monte de gente reunida.



E aí, para nós, foi aquela surpresa de que eu nem consegui sair direito. Eu e o Joaquim Lima estávamos juntos. O Joaquim ainda ficou lá na frente, mas eu voltei para o banheiro. Eu não queria fazer nada, eu me escondi e pensei: “Meu Deus, o que nós vamos fazer aqui? Mas tem muito preto aqui, igual a nós!” Nossa, mas que história era essa de fazer

um evento assim? Eu não imaginei que esse evento ia mexer tanto com a gente, ia ter essa dimensão toda. Gente vinda de vários lugares, de outras comunidades, tudo igual à gente. Aí fiquei lá no banheiro por um tempo e depois criei coragem, saí e participei da alegria toda. No dia seguinte, nós nos reunimos, fizemos uma roda de conversa, começamos a questionar e discutir tudo aquilo.

Ah, mas eu já tinha muito conversado com o meu avô, né? Além das coisas que já falei, tinha muita história que ele me contava. Ele era quem contava essas histórias todas para a gente, sabe? Quando a gente ia para o mato com ele, caçar, pescar, plantar o roçado, ele começava a falar sobre essas coisas. E aí, foi nesse período que ele começou a falar mais abertamente, depois que a mamãe também tinha me falado algumas coisas. Aí eu comecei a ir mais com ele, e, nas idas para a roça, eu questionava: “Olha, meu filho, aconteceu isso, tem o terreno dos nossos bisavós para cima, tem o cacual, o lugar onde os mais antigos faziam o plantio, um marco de terra deles. E também tem o barracão de pedra, que era um espaço sagrado, que eles comemoraram os 100 anos da abolição lá, batendo tambor.

Depois disso, ele passou a me contar mais abertamente, mas antes era tudo muito fechado, só entre eles. Só falavam para quem perguntava. E ele sempre repetia: “Nós somos pretos do mocambo.” Sempre reforçava isso. E aí, num desses encontros lá no Pacoval, eu comecei a descobrir mais coisas. Tipo, encontrava alguém e perguntava: “Tu és de que família?” A pessoa respondia: “Sou parente do fulano.” Aí eu dizia: “Tu és prima do meu pai!” Nossa, isso era emocionante. Encontrar gente como o Rafael, o Barulho e outras pessoas mais velhas, e perceber que eram parentes do meu pai.

A maioria dos mais velhos já se foi, né? E a gente não sabe muita coisa porque, na época, eu tinha 30 anos e o Carlos, se não me engano, tinha uns 27, 28 anos. Acho que era isso, 27 anos. E foi nesse encontro que tudo começou a tomar forma. Quando chegou no final, já estávamos fazendo a avaliação, só para você ter uma ideia, como destacavam muito a nossa comunidade. Isso por eu ser muito curioso e por levar as coisas muito a sério. A nossa comunidade era muito politizada na época.

Aí, alguém perguntou: “E agora, o que vem daqui para frente? Onde

será o encontro do próximo ano?” As decisões desse encontro foram muito importantes, sabe? As pessoas falam que esse evento foi um marco na luta do Movimento Quilombola. Nós decidimos que teríamos que fazer uma carta ao governo. Precisávamos mostrar que estávamos organizando esse evento antes mesmo da assinatura da Constituição Federal de 1988. Ela foi assinada em 3 de outubro, mas o nosso evento foi em junho, e a gente nem sabia que estava tão perto de algo tão importante.

A gente sabia que estava sendo discutida uma nova Constituição. A gente sabia que as pessoas em quem a gente votava iam fazer leis para reger o país. Mas lá no encontro, a gente descobriu mais: “Olha, essa lei foi feita por isso. Vocês conquistaram esses direitos.” E aí decidiram: “Vamos fazer uma carta para o Governo do Estado e para o Governo Federal, mostrando o esquecimento deles com a gente nesses 100 anos.” A partir daí, a gente precisava se organizar de verdade. Tinha que pensar nos problemas da região e começar a agir, inclusive em Brasília, para enfrentar as questões que estavam acontecendo. Como, por exemplo, Cachoeira Porteira, que poderia impactar muito as comunidades.

E aí o padre Patrício falou: “O próximo encontro vai ser em 1989, no Jauari. Pensei: “Como o Patrício escolheu o Jauari?” Me chamava de “filho”, né? Aí eu chamei o padre. Brinquei com ele: “Pai, você vai fazer uma coisa dessas? Mas confio no senhor, sei que vai dar certo.” Ele respondeu: “Confia no teu pai que ele vai te ajudar, meu filho.” Eu perguntei: “Mas por que escolher a nossa comunidade? Tantas outras por aí...”

Quando cheguei de volta, continuei pensando nisso. Fiquei com essa dúvida: “Por que ele escolheu o Jauari?” Aí perguntei de novo, pessoalmente: “Escuta, com tantas comunidades por aí, por que escolheu a nossa?” Ele disse: “Eu escolhi porque vejo vocês um pouco mais politizados. Vocês hoje não são mais como antes, votam com mais consciência. Se surge um candidato que parece promissor, vocês votam nele pra ver se melhora alguma coisa pra vocês.” Só que muitas vezes não melhorava nada. E, mesmo assim, a gente continuava tentando. Porque quando um candidato aparecia, a gente já sabia: “Não adianta, ele não vai cumprir o que promete.” Mas isso nos incentivava a sermos mais

organizados e a trabalhar juntos. A gente começou a resgatar um pouco disso: trabalhar juntos, fazer as coisas mais rápido. Às vezes, passávamos o dia no roçado, e quando chegava a época de fazer a farinha, os doentes iam pra lá também. Sempre tive minha roça, fazia todo ano. E a Marina sempre gostou muito de plantar também. A Marina gosta muito de fazer essas coisas. Aí a gente continuou com esse trabalho. E quando alguém estava doente, a gente ajudava. O papai sempre dizia: “Rapaz, lá não tem nada. Convida ele.” Aí íamos lá e ajudávamos.

Teve uma pessoa que marcou muito minha vida, o Zé Simão, marido da Celé. Ele chegou lá sem condições de nada. E a gente ia ajudar. Tinha também a tia Teodora, que era uma figura muito presente. O papai e ela faziam cinco ou seis sacos de farinha e outros produtos. Vinham para a cidade, vendiam, pegavam o dinheiro, compravam o rancho, e levavam de volta para dividir com o pessoal. Isso era algo que fiz muito. Naquela época, não tínhamos um barco próprio, então pedimos ajuda para o sindicato para conseguir um. Usávamos esse barco para trazer as pessoas, porque elas não podiam vir por conta da falta de dinheiro.

6.1 O SEGUNDO ENCONTRO RAÍZES NEGRAS, QUILOMBO JAUARI (1989).

Na verdade, esse evento foi mais organizado do que o do Pacoval. Lá no Pacoval, o pessoal do Sedempa esteve presente, mas neste evento, o público já estava mais preparado, já entendendo um pouco sobre a Constituição, os direitos e o que estava acontecendo no país. Eles já tinham uma noção dos projetos na Amazônia, principalmente na nossa região, com o foco principal sendo o projeto de hidrelétrica de Cachoeira Porteira, que era algo que precisávamos combater.

A partir desse evento, o padre já pensou em escrever um projeto para fortalecer a nossa luta. Foi aí que a Lúcia Andrade apareceu. Ela foi uma figura muito importante para nós nesse encontro, pois trouxe à tona a discussão política sobre esses grandes projetos no Brasil, incluindo o de Cachoeira Porteira, e os riscos para nós. Ela também falou sobre a

hidrelétrica de Balbina, que não deu certo, mostrando como isso poderia afetar negativamente a nossa comunidade. Quando fomos apresentar essas ideias em Cachoeira Porteira, quase nos expulsaram de lá.

Lúcia nos alertou sobre o impacto que esses projetos de hidrelétrica poderiam ter na nossa região: eles trariam benefícios, mas não para nós. Nem mesmo a energia gerada seria para as nossas comunidades. Já naquela época, falavam que os projetos visavam mais o interesse de fora, deixando de lado as necessidades e direitos dos povos locais.



A energia não vai ser para vocês. A energia vai para Manaus, não vai ser para vocês. E vocês, além disso, o pessoal de Porteira vai ter que sair de lá. Eu lembro de ter pedido avião para ir até a aldeia na Serra da Vovó e em outros lugares onde os conflitos já eram anunciados. A situação em Altamira, por exemplo, foi bem complicada, até dois ou três quilombolas foram mortos lá por causa desses grandes projetos e das pessoas que vieram de fora.

Então, em 1989, essa foi a chave da discussão sobre Cachoeira Porteira. De lá, voltamos e fizemos uma passeata, contra a hidrelétrica de Cachoeira Porteira, se não me engano, isso foi em setembro de 1988.

6.2 A PRIMEIRA VIAGEM, PARCERIA COM A PROFESSORA ZÉLIA AMADOR DE DEUS E A FUNDAÇÃO DA ARQMO.

Depois do evento de 1989, houve um encontro da CUT em Belém, e nos convidaram para participar. Eu nunca tinha saído assim antes, só para algumas reuniões menores. Aí disseram: “Vocês vão ter que ir, vai ter um evento.” Eu já era coordenador do sindicato, então fazia parte da organização. Fomos para o encontro da CUT, lá estavam Paulo Rocha, Edmilson Rodrigues e Beto Faro, que depois se tornou nosso senador. Foi aí que começamos a ser conhecidos por esse pessoal.

Quando o evento estava terminando, a Zélia ligou para mim e disse: “Preto, eu não queria ficar aqui. Eu queria que tu fosses, eu queria que tu ficasses comigo aqui.” A professora Zélia, nesse contexto, de 1988 para 1989, foi quando fundamos a ARQMO. O encontro foi em julho, e a reunião da CUT foi em setembro de 1989. A formação da ARQMO começou em julho, no finalzinho, logo depois do segundo evento no Erepecuru, que foi no início de julho. Nos dias 24 e 25 de julho, a Zélia veio para nos ajudar a escrever o primeiro estatuto da ARQMO. Ela se sentou conosco e, sem notebook ou computador na época, escreveu tudo à mão, passando o dia inteiro trabalhando nisso.

E a gente ia falando o que queria. Como escolhe o nome aqui? Um dava uma opinião, outro dava outra. Então, foi assim: “Associação de quê?” Aí outro dizia: “Das comunidades.” E de quê? “Remanescentes.” De quê? “De Quilombo, de Oriximiná.” A gente passou meio-dia discutindo isso, e a Zélia foi escrevendo tudo o que pedíamos para colocar no estatuto.

Quando ela terminou de escrever, viajou no mesmo dia. Ela passou realmente o dia todo com a gente, dedicando seu tempo. E não foi só ela, não. O padre Patrício também estava lá, ajudando a gente na elaboração, não escrevendo, mas opinando. A igreja estava ali, opinando sobre como poderia ser o estatuto, enquanto a Zélia estava na figura da universidade, ajudando a gente com o suporte mais técnico. Foi assim que o primeiro estatuto foi escrito, lá em julho.

Quando o documento estava pronto, a pergunta era: “E agora, o que vamos fazer?” Aí decidimos que precisávamos eleger os representantes da associação. Tínhamos que criar um grupo, definir quem seria o coordenador, o presidente, o vice. Começamos a montar isso. O Rodrigo, por exemplo, era do Iripixi, mas morava aqui em Oriximiná, um calafate negro, e se envolveu muito nesse processo. Ele foi indicado para ser o presidente, mas acabamos escolhendo a Salete. Ele sugeriu o nome da Salete. Ela era uma professora, aposentada hoje, não sei se continua viva. Naquela época, ela ainda lecionava. Mas não deu certo porque ela não era quilombola. Acho que ela até era daqui, mas no Iripixi nunca foi feito nada lá.

Mas enfim, o primeiro presidente da associação foi o Rodrigo. Ele era daqui, era coordenador da Igreja de Santa Teresinha. Ele era muito envolvido com a Igreja, e nós também éramos muito ligados. Eu, o Manoel Oliveira, o Joaquim Lima, o Carlos Printes, Irineu, Estevão, entre outros. E essa foi a primeira eleição, elegendo esse grupo inicial. Aí a Lúcia foi embora depois disso. Mas logo voltou para escrever um projeto, para conseguirmos ir até Brasília apresentar nossas demandas.

Para contar um pouco do que estava acontecendo com a gente, dos nossos direitos sendo negados, mesmo com a nova Constituição. É engraçado isso, porque os próprios procuradores nem sabiam que existia essa lei. Quando nós viajamos, já lá por dezembro, se não me falha a memória, eles não sabiam. Depois, fui para o Encontro da CUT. Como eu era do sindicato, participei desse encontro e conheci o pessoal que te falei antes. A Zélia insistiu que eu ficasse dizendo que todos os anos eles organizavam o Encontro dos Negros do Norte e Nordeste. Foi lá que conheci pessoas como Lélia Gonzalez e Benedita da Silva. Conhecer a Lélia foi muito emocionante pra mim. Eu fui para Salvador, viajando 36 horas de ônibus, e participei dos eventos. A discussão era sobre organizar os quilombos em todo o Brasil, porque havia muitos quilombos, mas nenhuma organização sólida, exceto a ARQMO, que já estava nascendo nesse momento.

Fiquei no evento por um mês, e, olha, foi uma experiência marcante. Nessa época, eu já era muito influenciado por figuras como Chico Mendes, Darcy Ribeiro, e Florestan Fernandes. Tenho as biografias deles

e sempre me inspirei muito nessas histórias. Mas o impacto de estar longe da família foi forte, especialmente por ter muitos filhos. Era difícil, né? Às vezes, eu falava pra Marina, minha esposa, sobre a situação, porque era complicado. Mas eu sempre tive muita coragem e fé. A fé em Deus me protegia muito, mesmo quando as coisas não estavam bem em casa. Marina era professora e ganhava pouco, só começou a receber um salário mínimo em 1985.

O salário mínimo naquela época era bem diferente do valor de hoje, era muito menor, tu sabe disso. E isso foi um grande problema. Os filhos estudavam na mesma escola onde a Marina dava aula, mas ela sempre dizia que o aprendizado de uma mãe para um filho é diferente, e parecia que não estava funcionando. Acabei levando os filhos para Óbidos, a Daniela e a Danilene, para terem mais oportunidades de estudo. Isso marcou muito a minha vida e a deles também. Lembro que a Danilene tinha 11 anos e estava na terceira série. Ela dormia muito no ônibus, no meu colo. Um dia, eu olhei pra ela e pensei: “Estou sacrificando demais essas crianças”.

Quando chegaram as férias, eu perguntei: “Minha filha, tu tens algum sonho?”. E ela, com 11 anos, respondeu: “Sim, pai, eu quero ser professora de português. Tenho muita vontade”. Eu me surpreendi e perguntei: “Mas tu és tão pequenininha, como tu vai conseguir isso?”. Ela disse: “Se o senhor me ajudar, eu consigo”. E ela sempre me falava isso, mas era difícil. Eu ia pra lá, voltava, e no meio disso tudo, em 89, nós fomos para Brasília conversar com os procuradores. Foi aí que começamos a pensar em algo maior, em como articular os outros quilombos que a gente nem conhecia.

Em 1990, organizamos um evento em Óbidos. Depois de várias conversas, fundamos a Associação de Óbidos em 1997, porque era necessário organizar melhor o povo. Sempre falo muito para o Douglas sobre isso. Lá em Óbidos, a organização principal na época era a Associação Cultural Obidense. Tinha uma senhora idosa que era presidente, já falecida, e a gente sentava para conversar sobre essas questões. E lá também tem o Aiuê de São Benedito, que é muito importante pra a cultura local.

Eles têm o mesmo ritual que a gente aqui, só com algumas diferenças. Mas lá em Óbidos também tem o Aiuê. Quando fomos ao Raízes Negras, eles dançaram também. Nós não dançamos dessa vez, porque levamos o Aiuê. Mas eles fizeram a apresentação no encontro de Arapucu. A partir de 1989 e 1990, passamos a programar um evento todo ano. Naquela época, a gente não dependia muito de prefeitura. Fazíamos muitas coisas por conta própria.

6.3 AS PRIMEIRAS VIAGENS A BRASÍLIA.



Em dezembro de 1989, fomos para Brasília. O primeiro lugar em que pensamos foi a Procuradoria Geral da República. Fomos lá, lembro até do primeiro procurador que nos atendeu, o Vagner Gonçalves. Ele ficou todo surpreso: “Vocês são quilombolas de verdade?”. Além de mim, estavam o Joaquim Lima, o Carlos Printes, a Lúcia Andrade e o Padre Patrício. A questão era: como íamos nos hospedar, com tão pouco dinheiro? Então, conseguimos ficar na Casa dos Padres. E sabe o que foi interessante? Era o ano em que Lula foi candidato a presidente da República pela primeira vez. Era a primeira ou a segunda vez que o Lula estava na corrida presidencial, não lembro exatamente. O que eu

sei é que estava programado para ele dar uma coletiva na Procuradoria e também na CNBB. O Joaquim já tinha visto o Lula antes, em um evento no Rio de Janeiro, acho que foi antes de 1989. Mas aí, quando fomos para a coletiva, o Lula chegou, e nós estávamos lá perto. Fomos os primeiros a encontrá-lo quando ele desceu do carro. Ele veio até nós, abraçou a gente e o Joaquim também abraçou ele. Depois, seguimos para a coletiva.

Os jornalistas começaram a chegar e nós ficamos em pé ao redor da sala. Tiramos fotos, conversamos um pouco. Quando a coletiva terminou, disseram que iríamos almoçar com o presidente nacional da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida. Naquele dia, havia outros bispos importantes, como Dom Hélder Câmara, que também conversou com a gente. Mas durante o almoço, ficamos apenas com Dom Luciano. Lembro que uma moça trouxe um suco só para ele, não para nós. Então, lá estávamos nós, conversando na cabeceira da mesa, falando sobre nossas questões e reivindicações. Ele mandou servir o mesmo suco para nós.

6.4 A LUTA PELA TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO BOA VISTA E O DEBATE ENTRE INDIVIDUAIS E COLETIVOS.



Depois que a gente pensou bem, decidimos uma estratégia: “Vamos começar pelo título.” Mas a gente não estava conseguindo titular a área da Reserva Biológica, então, qual seria o próximo passo? Sentamos todos os coordenadores e começamos a pensar: “Será que não seria melhor começar por uma área menor?” Talvez a Boa Vista fosse uma opção, já que a mineração poderia representar um obstáculo. Quem sabe a mineração até ajudaria.

Levamos essa proposta para Boa Vista e partimos para a autodemarcação, definindo o território por conta própria. Foi uma mobilização de muita gente. O que mais me lembro é como as pessoas se disponibilizavam, sem receber nada em troca. Todo mundo dizia: “Vamos lá!”, e lá íamos nós. Passávamos uma semana dentro do mato, abrindo caminho e cortando trilhas para marcar os limites. Eu não estive nessa primeira vez, fui para outra autodemarcação em Mãe-Cué, onde ficamos mais de uma semana no mato, marcando território.

Quando o INCRA veio para fazer o levantamento, ninguém acreditava que nós, quilombolas, estaríamos organizados para recebê-los e começar a demarcação de uma área de 218 mil hectares. Uma área que cobriria toda a região onde estávamos, e eles não acreditavam que a gente conseguiria. A organização envolveu muito trabalho. O Silvano, nosso coordenador financeiro, chegou a ir até Brasília aprovar o orçamento da titulação, que foi de cerca de 800 mil reais, se não me engano. Isso foi um choque para a cidade, tanto que a Câmara Municipal parou as atividades para ficar dois dias em reunião, definindo como seria feita a demarcação das terras quilombolas.

Quanto ao sindicato, depois eu falo mais detalhadamente sobre a luta sindical antes desse processo, mas ele não entrou para dividir as coisas. Pelo contrário, entrou para garantir que os trabalhadores rurais, quilombolas ou não, que estavam sendo iludidos por outros interesses, acompanhassem nosso processo de forma transparente. Desde antes, o sindicato já discutia com a gente a necessidade de garantir direitos não só para os quilombolas, mas para todos os trabalhadores rurais, evitando conflito agrário. Essa era a ideia do sindicato: promover a coletividade e acabar com os conflitos.

Foi uma movimentação intensa. A cidade inteira ficou comentando a questão dos quilombolas. E isso era muito sério, porque todo mundo comentava. Diziam que nós, quilombolas, queríamos “tomar a terra de todo mundo.” Na área quilombola, na época, havia 75 registros de imóveis. Para os fazendeiros e os mais abastados que se apropriavam das terras dos mais velhos, aquilo era uma ameaça real, porque sabiam poder perder o que tinham conquistado às nossas custas, como, por exemplo, os castanhais. A cidade ficou em polvorosa; foi a maior confusão. O sindicato, então, veio participar. Nós convidamos, porque já éramos parceiros há tempos. Eu mesmo fazia parte da diretoria, atuando na área de divulgação. O sindicato fez questão de acompanhar todo o processo com a gente. A Maria Rosa, que era a presidente na época, esteve presente o tempo todo.

Dois, três dias depois, o INCRA começou a percorrer as comunidades, definindo quem queria a terra individualmente e quem optava pela terra coletiva. Os quilombolas eram questionados: “Vocês usam os castanhais? Usamos. Vocês pescam nos lagos? Pescamos. Então, por que querem a terra individualmente?” Muitos alegavam medo de uma suposta volta à escravidão. Essa era uma preocupação real para muitos, e foi um debate muito difícil.

É importante descrever isso, porque ficará registrado por séculos para muita gente ver. As pessoas tinham esse medo profundo: “Puxa vida, vai voltar a escravidão. Seremos escravos de novo.” Tenho até um parente, cujo avô era primo do meu avô, e ele continua vivo. Ele sempre dizia isso. Por que ele tinha tanto medo? Por quê? Mesmo sendo mais jovem do que eu, ele já tinha esse receio.

Quando éramos crianças, qualquer coisa que acontecia, como tomar banho tarde, a mamãe logo advertia: “Olha, vem o pega-pega.” E o que era o “pega-pega”? Era o capitão do mato, aquele que vinha nos pegar, nos levar de volta à escravidão. Essa ideia estava na nossa cabeça e também na mente do meu avô. Ele chegou a falar disso em público, na frente do INCRA. Foi triste, mas era uma memória real para ele.

Quando o processo de demarcação começou, na primeira demarcação em Boa Vista, cerca de 99% dos quilombolas diziam: “Eu só quero se

for junto; se for separado, eu não quero, porque nunca vivi assim.” A discussão com o INCRA sobre o título de Boa Vista, o primeiro título do Brasil, foi justamente essa. Eles vieram questionar a demarcação, e os quilombolas responderam: “Não queremos individual, queremos tudo junto. É assim que sempre vivemos.” Eles diziam: “Vocês não são indígenas.” E respondíamos: “Nós não somos indígenas, mas somos quilombolas. Então, não queremos a área se for individual. Deixem-nos ficar como estamos, todos juntos, amontoados, mas não aceitamos demarcação individual.” Foi aí que o INCRA retornou já no segundo ou terceiro momento, dessa vez com uma proposta de fundar uma associação.

Falando um pouco sobre Boa Vista, o qual foi o primeiro título, para dar continuidade a esse processo, no segundo momento, houve muito acompanhamento, mas também muita tristeza e ameaça. Eu nunca esquecerei a vez em que meu irmão e eu estávamos disputando uma área com um grileiro que já estava lá dentro, desmatando e causando estragos. Meu irmão foi até ele e disse: “Você não pode fazer isso aqui. Não aceitamos que você continue.”

O grileiro se comprometeu a sair. Eu estava em Brasília na época, depois fui para Belém, e logo voltei para Santarém. O grileiro assinou um documento na delegacia, comprometendo-se a sair da área. Esse documento dizia que ele se afastaria até que houvesse uma compensação. Essa história é muito importante porque foi uma verdadeira correria.

Cheguei a Santarém e, como o dinheiro era pouco, eu sempre ficava na casa dos padres. Estava tomando banho quando o telefone tocou. Era meu irmão, dizendo: “Assinei um recibo, e precisamos fazer algo, senão posso ser preso.” Ele estava preocupado, pois o prazo estava se esgotando. Se não pagássemos, ele poderia ser preso na semana seguinte. Precisávamos de uma reunião urgente com a Procuradoria da República.

Então, vesti minhas roupas rapidamente, liguei para a Lúcia, ela comprou a passagem, e voltei para Belém. Cheguei e fui direto falar com Felício Pontes. Ele marcou uma reunião e chamou o INCRA para discutir a situação. Ele chamou o INCRA de Brasília. Lembro que nos reunimos lá e conseguimos resolver o problema do conflito. Foi um conflito agrário muito sério, e hoje as pessoas muitas vezes esquecem

tudo o que aconteceu. Mesmo assim, o processo continuou, e eles não desistiram. Algumas pessoas que eram nossos aliados acabaram se voltando contra nós e fundaram uma associação chamada Astro, apoiada pelo INCRA e por quase todos os políticos de Oriximiná. O único político que falava um pouco a nosso favor era o Luiz Bacelar.

O Luiz Bacelar foi o primeiro vereador a escrever uma carta e enviar ao Congresso Nacional, pedindo agilidade na demarcação das terras quilombolas. Ele destacou que o nosso direito estava estabelecido desde 1988 e que, em 1995, havíamos conquistado a primeira titulação, então, por que não continuar com as outras? Essa carta foi entregue pelo Carlos no Tribunal dos Povos da Floresta, que foi realizado na França ou na Holanda, se não me engano. Lá, ele fez um discurso sobre a importância de dar continuidade à titulação das terras quilombolas. Ele alertou que, sem isso, os conflitos nas comunidades quilombolas se intensificariam, especialmente devido à presença dos fazendeiros, que já dominavam nossas terras. Durante o levantamento cartorial, eles foram descobrindo a real extensão do território.

Havia 75 registros de imóveis. Esses documentos eram obtidos de uma maneira muito injusta. O preto velho chegava, indicava onde estavam as castanheiras, mencionava o nome do igarapé, e os caras registravam tudo em cartório. Foi uma situação muito triste, pois usavam o conhecimento que os quilombolas já tinham sobre os castanhais.

Os quilombolas foram os primeiros a ocupar essas áreas. Primeiro vieram os exilados, depois vieram as comunidades que se instalaram ali. Quando os fazendeiros chegaram, aproveitaram a situação econômica precária das comunidades. Diziam: “Vou comprar a castanha, venderei mercadoria, vocês têm que tirar a castanha para vender pra mim,” e, assim, registravam as terras em seus próprios nomes.

Quando se descobriram esses 75 registros de imóveis, o INCRA disse: “Vamos ver quem vai se manifestar.” Mas logo concluiu: “Esses documentos não valem nada.” Então, fizeram um manifesto para anunciar que estava em andamento um processo de demarcação das terras quilombolas, mesmo sabendo que os documentos apresentados não tinham validade. Ninguém se manifestou, e o INCRA deu início ao processo de demarcação.

Nesse ponto, o prefeito se envolveu na associação para financiar o registro e apoiar as atividades que o grupo quilombola queria realizar. Por que ele bancava? Porque sabia que não teria mais o controle que antes possuía. Ele nos chamava de “latifundiários”, ciente de que as terras que iriam para os quilombolas estavam garantidas pela Constituição Federal.

É interessante lembrar também que, quando fomos à Procuradoria-Geral da República em 1989 para falar sobre esse assunto, os próprios procuradores não tinham conhecimento da legislação. Eles perguntaram: “Onde está esse artigo?” Respondi: “No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” Eles ficaram surpresos e perguntaram: “Vocês estão com a Constituição aí?” Estávamos com a Constituição nas mãos. “Mostra aí,” pediram. E eu mostrei. Eles ficaram surpresos: “Nossa, eu não sabia.” O movimento negro e os terreiros de Umbanda se reuniram para lembrar que somos humanos, mesmo sem nos conhecermos pessoalmente. Só lembraram que existem quilombolas no Brasil e isso foi registrado na Procuradoria.

O procurador responsável se chamava Wagner Gonçalves. Foi ele quem veio conversar conosco, cuidando dessa questão dos direitos do cidadão, já que havia um departamento específico na Procuradoria para isso. Quando o INCRA começou o processo de demarcação, a discussão sobre individualidade e coletividade se intensificou. Os quilombolas queriam suas terras coletivamente, enquanto o INCRA insistia em medi-las individualmente. Diziam: “O seu só deu 50 hectares, não posso dar mais.” E nós respondíamos: “Não pode mesmo, porque o resto é dos quilombolas.” E aí vinham as perguntas: “Por que eles podem ter tanto?” E a resposta era sempre a mesma: “É um direito garantido pela Constituição. E 90% deles querem a terra coletiva, é o costume deles.”

A grande maioria dos quilombolas queria manter as terras juntas. Quem não queria eram os não quilombolas, os de fora, que iludiam os quilombolas para aceitarem a divisão. Eles faziam isso como se fosse uma campanha política, indo de casa em casa, dizendo: “Você não pode querer isso, tem que ser aquilo.”

Quando alguém da comunidade se convencia, era um alívio para eles: “Ganhamos mais um.” Mas para mim, para o Joaquim Lima, para o Manoel Oliveira e o meu irmão Irineu era uma tristeza. Ver um irmão

nosso nos deixar para trás era doloroso, porque sabíamos que ele acabaria se arrependendo. No futuro, ele estaria lá no Castanhal, sem ter como voltar para a coletividade, e seria difícil dizer ‘não’ a ele, porque é nosso irmão. Isso dói muito, é uma dor na nossa pele.

Pós-escravidão, a gente dizia que o que estava acontecendo parecia um retrocesso, quase um retorno à escravidão. A gente não ia permitir isso de jeito nenhum, mas era uma grande tristeza saber que, por exemplo, nosso primo ou nosso irmão, como foi o caso do Deugênio, também não queria seguir com a coletividade. Não sei se você conhece o Joaquim Grande ou o Gervásio. Pois é, eles também não queriam, saíram, depois aceitaram e travamos a luta com eles.

Mesmo assim, a situação continuou. Eles tentaram evitar, mas depois houve uma grande reunião no sindicato. Mais de mil pessoas estavam lá, e nós éramos só quatro, enfrentando aquela multidão falando contra nós. E o que eles falavam? Diziam que éramos latifundiários, ladrões, que estávamos roubando. E nós respondíamos: “Não estamos roubando terra de ninguém. A Constituição é clara. Ela diz que as comunidades quilombolas devem ocupar suas terras tradicionais.”

Eles nos acusavam: “Vocês não ocupam tudo.” Mas argumentávamos: “Ocupamos, sim, porque é o lago onde pescamos, estamos aqui há mais de cem anos. Vocês não sabem do que estão falando”. Depois disso, o INCRA veio para avançar no processo de demarcação. E aí voltamos ao caso do Joaquim Grande. Falamos com ele e ele disse que não aceitava a demarcação coletiva. Mesmo sendo evangélico, ele nos pediu para manter a calma, dizendo estar ali para conversar, mas que não concordava. Ele nos convidou para uma merenda, conversamos e depois saímos de lá.

Passado algum tempo, ele começou a refletir. Conversou com o irmão, Manoel Oliveira, e mandou me chamar. Fui até ele e ele pediu: “Você me levaria à Procuradoria em Santarém?” Eu disse: “Claro, por quê?” Ele respondeu: “Você não está se humilhando ao ir com ele?” Eu disse: “Não, ele é meu irmão, eu seria covarde se negasse ajudar.” Fomos juntos para Santarém, conversamos e, eventualmente, ele aceitou a demarcação coletiva. Verificamos o marco da divisão com ele na terra quilombola do Erepecuru.

Essa briga entre demarcação individual e coletiva foi intensa. Primeiro começou em Trombetas, depois no Erepecuru. A Boa Vista definiu logo que seria coletiva, não aceitava de forma alguma a divisão individual. O INCRA precisou recuar, pensar melhor, e quando voltou, concordou que o coletivo seria o melhor caminho.

Porque o que encontramos foi a necessidade de fundar uma associação. Fizemos a demarcação da terra, e pronto, foi assim que aconteceu em Boa Vista. Aí a questão da mineração entrou em jogo. Começamos a discutir com a mineração porque, na verdade, eles nunca deram atenção para a gente. Nenhuma. A partir do momento em que o título de Boa Vista foi emitido, eles começaram a prestar mais atenção. E por quê? Porque a luta quilombola começou a ganhar força a partir do título, especialmente durante o governo do Fernando Henrique Cardoso.

Não estou aqui para dizer se ele era de esquerda ou direita, mas naquela época ele era o presidente da república, e, quando íamos lá, éramos bem tratados. Um exemplo é o Almir Gabriel, que, quando começamos, era senador, depois virou governador. Ele até ligava para mim. Se eu não estava em uma reunião, ele perguntava: “Por que o Daniel não veio? O que aconteceu com ele?” Tinha muito respeito pela gente.

Quando negociamos, o Fernando Henrique disse que o presidente do Incra deveria entregar o título, pois isso tornaria a cerimônia mais bonita e significativa. E organizamos tudo para a entrega do título, e, quando chegou o momento... Era deputado, era um monte de deputados que vieram. Deputado federal, tinha o Paulo Rocha, o Priante, o Nilson Pinto, era uma turma grande. E eu lembro que, ao começar a falar, o Graziano, que era o presidente do INCRA, olhou para o nosso cenário todo enfeitado com folhas de mangueira, feito como se fossem correntes, sabe? Ele pegou o microfone e falou: “Poxa, eu sou engenheiro-agrônomo, mas nunca vi uma criatividade dessa. Como vocês fizeram isso?” Aí a gente começa a perceber que temos muitos valores, na verdade. E que, às vezes, achamos que não somos nada, que não sabemos de nada. Mas a verdade não é assim. A partir dessas coisas, nós começamos a nos valorizar, a pensar: “Poxa, eu sou uma pessoa importante, posso fazer coisas”.

E aí tem a Nely, que eu queria destacar. Você conheceu a mãe da professora Lucineli? Já ouviu falar bastante dela, né? A Nelly chorava, se emocionava quando a gente estava em momentos difíceis. Ela foi uma dessas mulheres que fizeram parte da luta, e muitas vezes pouco se fala delas. A Nelly, por exemplo, dava aula na Serrinha, era uma mulher de muita força. Já a Salete era mais distante, sabe? Ela não tinha o mesmo envolvimento, não chegava junto da gente do jeito que a Nelly chegava. Mas a Nelly sempre estava ali, incentivando. Me lembro de uma vez em que ela foi a madrinha do carro, e falou: “Bora lá, me chamem que eu vou”. Mesmo ela ainda lecionando, ela sempre estava disposta a auxiliar na luta. Ela era secretária. Uma pessoa muito dedicada. Escrevia tudo. Quando precisávamos de alguém para redigir documentos, era ela quem cuidava. Se fosse para fazer qualquer coisa de escrita, era a Nelly a responsável, e ela realmente se dedicava. Tinha dias em que ela chamava nossa atenção. A gente estava com fome, não comia nada, e ela chegava perguntando: “E o almoço? Como foi?” A gente respondia: “Ah, ninguém almoçou, não”. E ela se preocupava: “Mas por que vocês não falaram? Eu poderia ter arrumado comida para vocês!”. Lembro de duas vezes em que ela chorou na mesa com a gente. Ela dizia: “Eu não sei nem como vocês estão. Vocês têm como levar despesa para casa?”.

No meu caso, eu até tinha. A Marina trabalhava, então conseguíamos nos virar, sabe? Marina foi muito importante na nossa trajetória. Mas para muitos de nós, era complicado. Eu dizia para a Nelly: “Não, a gente não comeu”. E ela respondia: “Olha, até que eu ganho bem, meu filho. Meu salário é bom, mas não consigo dividir com todos vocês, entende?”. Eu dizia que nem pensava nisso, mas ela ainda comprava comida para nós. E quando trazia comida, não voltava para casa, ficava ali, cozinhava para nós. Ela não apenas escrevia os documentos, também corrigia. Às vezes, mesmo de longe, ela revisava tudo que precisava ser melhorado: “Isso aqui precisa ajustar, isso aqui é diferente do que vocês falaram”.

E nós seguimos com a Nelly por um bom tempo. Ela só saiu porque adoeceu. Teve um AVC e precisou se afastar. Mas, antes disso, ela ia para as comunidades junto com a gente, sabe? Ela ficava com a gente. Em 1989, no evento, ela disse: “Eu vou, meu filho”. Eu até falei: “Ah, mas é muito difícil, vai ser complicado”. E ela respondeu: “Difícil como? Se nessa reunião todo mundo vai de remo, daqui pra

lá? Como será difícil? Deixa de frescura, eu vou”. E ela foi mesmo. Quando chegamos lá, tivemos que improvisar uma ponte para ela tomar banho.

Lembro que nesse evento, eu mesmo quase não comi. Passei quase dois dias sem comer, de tanta ansiedade pelo evento. Depois, a mineração começou a se interessar, porque com o título de Boa Vista, o movimento quilombola ganhou mais força. Na verdade, a luta quilombola começou a ter mais visibilidade com a presidência de Fernando Henrique Cardoso. Não direi se ele era de esquerda ou direita, mas, naquela época, ele era o presidente, e sempre fomos bem tratados. O Almir Gabriel, por exemplo, quando era senador e depois virou governador, também nos tratava com respeito.

Lembro que ele até ligava para mim quando eu não estava em alguma reunião importante, perguntando: “Por que o Daniel não veio? O que aconteceu com ele?”. Isso mostrava o respeito que conquistamos. E então, veio a titulação de Boa Vista. Você tem alguma gravação da festa de entrega do título, Juliane? Se você arrumar um pedaço, eu posso gravar tudo para você. É uma história que não pode se perder.

Quando organizamos a festa de entrega do título de Boa Vista, Fernando Henrique decidiu que o presidente do INCRA deveria fazer a entrega, para o evento ser mais bonito e significativo. E assim fizemos. Organizamos tudo e, no grande dia, a entrega aconteceu como planejado.

7. PARTE V: DESAFIOS E REFLEXÕES.

Uma das coisas que mais me marcou na minha trajetória foi a perseguição dos militares na Marambaia, no Rio de Janeiro. Disseram para eu ir para lá, e a Lúcia, o qual é da Cidadania, também incentivou: “Você já está no evento, está preparado. Terminou aqui em São Paulo, vai para o Rio de ônibus e, de lá, você segue para a Marambaia.” Lá, os militares perseguiam muito o pessoal, mas fui mesmo assim. Quando embarquei na lancha, os militares estavam com o povo da comunidade, e ouvi um deles falando na minha frente: “De onde esse preto é? Ele não é daqui o que veio fazer aqui?” Aí alguém respondeu: “Ele veio passear conosco, ele é quilombola. É proibido ele passear?” Um militar retrucou, dizendo que só estava perguntando.

Chegando lá, tudo era montanha, e os militares estavam armados no alto, com fuzis. Eu disse para a Vânia Guerra, que estava comigo: “Eles não estão?” E ela respondeu que sim. Depois, um jovem, que era amigo dela, se aproximou e disse: “Eu preciso falar contigo.” Ele me levou para longe, e Vânia logo veio me avisar: “Tenha cuidado ao falar por aqui. Quando for usar o orelhão, porque não tem celular, lembre-se de que eles grampearam os telefones. Tudo que você falar, eles vão saber.”

Lá, as pessoas não podiam construir casas sem permissão, usar gerador ou mesmo colocar som para uma festa, pois era proibido pela Marinha. Fiquei surpreso e feliz quando, em dezembro de 2008, quando finalmente a Marambaia foi titulada. Me vem à mente toda essa lembrança. Outra situação marcante foi a pressão da mineração. Eles me perguntavam: “Por que você viaja tanto?” E eu respondia: “Estou viajando para defender meu povo, e você está fazendo o quê?”

“Não, eu estou brincando.” Respondi de volta: “Não, eu não gosto dessas brincadeiras.” E aí, uma vez, durante uma viagem, eu decidi levar a Marina comigo. Eu nem sabia que havia a possibilidade, mas depois eles me chamaram e disseram: “Daniel, você tem direito a três passagens para voar no Brasil de graça.” Fiquei surpreso e perguntei: “Mas não

dá para transferir para minha esposa? Ela sofre tanto sozinha.” Eles disseram que eu podia passar para ela, e assim fomos juntos para São Paulo. Fiquei muito feliz por isso.

Houve outras situações marcantes. Uma delas foi o preconceito que já enfrentei, como quando alguém achou que eu não deveria estar sentado em uma poltrona executiva no avião. Uma mulher tentou me tirar de lá, mas uma engenheira do INCRA estava presente e ouviu tudo. Isso ficou muito marcado na minha vida, pois sempre gostei de falar sobre minha trajetória e a dos meus amigos, muitos dos quais hoje são doutores. Alguns me aplaudem, enquanto outros me criticam, dizendo que só falo sobre o passado e as dificuldades.

Eu sempre respondo: “Conheço o atraso e também o presente. Vocês, jovens, conhecem apenas o agora. Conheço o ontem, o anteontem e o hoje, porque eu ouvi as histórias dos meus avós.” Isso é o maior valor que se pode ter: reconhecer que a sua conquista só foi possível porque alguém lá atrás sofreu para abrir o caminho. Quando terminei de falar, a engenheira se levantou emocionada e veio até mim, dizendo: “Nunca ouvi um quilombola falar assim.” Então, ela me perguntou: “Que horas você viaja?”

Eu disse para a engenheira: “Meu voo é às 8 horas da manhã, mas quero chegar mais cedo no aeroporto.” Ela respondeu: “Eu vou te buscar no hotel.” Fiquei surpreso, afinal, era uma senhora idosa, quase 60 anos, e ainda assim se ofereceu para me buscar às 5 horas da manhã. De fato, o carro apareceu na hora marcada, me chamaram, e lá fui eu. No caminho, conversamos bastante, e ela comentou: “Estou muito cansada, pois tivemos muitas reuniões ontem à noite.” Quando chegamos ao aeroporto, ela sugeriu: “Peça uma poltrona executiva. Naquela época, não precisava pagar a mais, bastava pedir.” Efetuei o check-in e pedi a poltrona, que estava disponível.

Pouco depois, embarquei no avião e sentei. Foi quando uma mulher entrou, procurando assento, e, ao me ver sentado na poltrona executiva, disse com desdém: “Outro preto sentado aqui?” Naquele momento, tirei os fones de ouvido e o cinto de segurança, e dois comissários vieram rapidamente. Perguntaram o que estava acontecendo, e eu expliquei. Eles chamaram a

mulher e disseram: “Ele pediu a poltrona executiva e conseguiu, enquanto a senhora não solicitou a mesma opção.” Um deles acrescentou: “Aqui não existe isso.” Esse episódio marcou muito minha vida.

Outra coisa que me marcou foi minha antiga forma de vestir. Eu era o único preto que se vestia coloridamente na região. Sempre que eu vinha do Maranhão, pedia camisas coloridas aos meus amigos, Ivan e Ivo. Ah, aquele é meu irmão, da época em que a gente estudava com a Fran no ensino médio. Nessa época, eu me vestia de forma bem colorida, e as pessoas notavam isso. Hoje em dia, já não me vejo mais assim. Parece que essa ‘moda’ se espalhou para todo mundo, então perdi um pouco o interesse. Mas agora quero fazer um ateliê, acho que seria algo bom. E, de qualquer forma, essas experiências, como a maneira de me vestir, marcaram muito minha vida.

7.1 REFLEXÃO PARA A JUVENTUDE QUILOMBOLA.

Uma das propostas centrais era fortalecer a participação da juventude. Infelizmente, começamos esse trabalho, mas ele progrediu pouco. A ideia era que os jovens de hoje seguissem o mesmo caminho que trilhamos: assumir um papel ativo, se destacando e indo às comunidades. Chegamos a criar núcleos de jovens nas comunidades, uma tentativa de dar continuidade à luta. Sabíamos que, sem esse esforço, o movimento poderia enfraquecer. Apesar de alguns avanços, é evidente que estamos regredindo em certos aspectos.

Hoje, é comum percebermos que a juventude, em geral, reage de forma diferente às iniciativas. Muitos discordam de ações que poderiam beneficiá-los, dificultando a continuidade do trabalho. Claro, nem todos são assim; há jovens que mantêm viva a memória e o compromisso, mas, de modo geral, os desafios são maiores. Participar de grandes movimentos e eventos tem se tornado ainda mais difícil, e eu me lembro de como me destacava por ser curioso e persistente. Já o Manoel Oliveira, um grande amigo, reconhece que na época não teve o mesmo destaque. No entanto, o título de Boa Vista foi um divisor de águas para nós.

Após a titulação de Boa Vista, nossa agenda ficou lotada. Chegávamos de um evento e logo já precisávamos partir para outro. Isso acontecia porque nosso papel era levar conscientização para outros quilombos, mostrando a importância daquele título, que se tornou uma pauta nacional. A Igreja Católica, por exemplo, levava essa informação para municípios como Abaetetuba, destacando a presença de comunidades quilombolas que talvez ainda não soubessem do ocorrido. Esse movimento despertou interesse em muitos lugares, inclusive nas universidades.

O Carlos foi uma figura importante nesse processo. Ele insistia para que eu viajasse e articulasse mais. Certa vez, ele foi à Europa, onde participou do Tribunal dos Povos da Floresta e do Tribunal das Águas, visitando países como Espanha e Portugal, onde ficou mais de um mês. Ele sempre acreditou que eu tinha mais jeito para articular, e, de fato, nossa ligação é forte. Costumo dizer que ele é o irmão que minha mãe não teve, e eu sou o irmão que a mãe dele não teve. Nossa preocupação sempre foi garantir comida e dignidade para nosso povo. Após o título de Boa Vista, não paramos mais. Visitamos muitos lugares, contribuindo para a organização de novas associações.

Na verdade, eu vejo as pessoas estudando, e até estou organizando um evento na UFOPA, onde temos agora 560 estudantes. O Carlos me chamou para fazermos um grande encontro lá e começarmos uma busca pela ancestralidade, porque, para nós, não existe quilombola sem território. Ele pode até se tornar doutor e dar aula na Europa, mas tudo teve um princípio, um lugar de onde ele saiu.

Por que falar de ancestralidade? Porque quando você traz isso para si e para o coletivo, as pessoas começam a entender e valorizar essa história. Defendendo tese, você deve pensar: por que não escolher um orientador quilombola para ajudar? Se está na mesma área, isso é o que faz sentido para nós. Infelizmente, muitos que estudam, pensam que estudar é apenas para ganhar dinheiro. Não é mais para olhar ao redor e dizer: “Isso aqui não está certo, eu preciso fazer algo.”

Não é para ser assim. Pessoalmente, não quero mais ser coordenador de associação. Se precisar, posso estar no conselho, mas quero ter o direito de opinar e trazer a juventude para discutir a importância de suas raízes. Quando um jovem recebe uma declaração de quilombola, precisa refletir sobre o que ela representa.

Nem eu, nem o Carlos tivemos oportunidade de estudar como muitos hoje, mas podemos ser exemplos. Por exemplo, fui convidado para uma palestra na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Quem me convidou foi a Júlia, a pedido da Lídia, que não fala português, mas fez questão de que eu participasse. Infelizmente, não pude ir. Então, participei online. Expliquei que estávamos muito atrasados na educação, e contei a história do primeiro engenheiro negro que conheci, o Dr. Franco, em 1970, e da primeira mulher preta, quilombola do rio Trombetas, em Oriximiná, a se tornar doutora em antropologia, a Juliene de Cachoeira Porteira.

Muitos falam que isso é “negócio de cota”, mas fico muito chateado com esse tipo de comentário. Acredito que não basta apenas dar aula; os professores doutores devem ser pesquisadores, entender a vida das pessoas, a nossa história, e também a dos outros, como a dos italianos, para entender o que aconteceu quando vieram para cá. Isso é o que realmente importa.

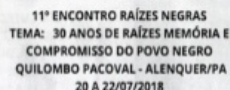
Nós não participaremos da mesa da COP, quem estará como titular é o pessoal da Malungo, os advogados. Mas eles nem estão nas comunidades; somos nós, que estamos nas pequenas cidades, vivendo o dia a dia das comunidades. Talvez a nossa linguagem não seja tão refinada, mas, assim como a do indígena famoso, ela cumpre seu papel. Foi emocionante quando o vi na reunião da cúpula. Ele foi o primeiro a ser chamado para falar, e sua presença foi marcante. Aquele indígena famoso, qual é o nome dele, meu Deus...o Raoni. É ele, é um senhor já de idade, vive viajando bastante, mas o nome dele agora me escapa. Conheci pessoalmente.

Olhando para isso, observo a mudança de hoje. A juventude está estudando, e deveria auxiliar a gente a progredir, não regredir. Quando um povo avança nos estudos, isso é sinal de crescimento para o município, para a comunidade, para o estado, pois todo mundo está conhecendo mais as coisas, adquirindo conhecimento técnico e burocrático. Mas o que está acontecendo não é isso. Estão estudando por interesse próprio e esquecendo de suas raízes e territórios. Pegam uma declaração e, mesmo com isso, não voltam para conversar com o povo.

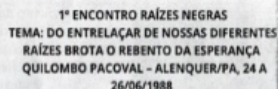
Acredito que não estou errado. Para mim, o ponto de partida é nunca esquecer de onde veio, lembrar de onde se nasceu e se criou, e saber que o seu povo continua lá. Penso dessa forma não só para o meu Quilombo, mas para todo o Baixo Amazonas. Fui convidado para um encontro nacional em Belém e falei sobre isso. Os jovens que se apresentavam diziam: “Sou neto de fulano, bisneto de ciclano, tataraneto de beltrano, o primeiro da minha família a entrar numa universidade.” Sempre ouvimos essas histórias. Fui convidado, com um mais velho, para falar no evento. Eu disse que faria um panorama do Pará para os jovens presentes, e eles gostaram muito da minha fala, assim como da fala do Carlos.

Hoje, vocês estão aqui, recebendo bolsas de estudo. Sei que não dá para viver tão bem com uma bolsa, mas vocês não passaram pelo que passamos: dormir em rede pendurada, usar lençol no chão do carrinho, dormir no chão batido ou no banco da praça. Queremos mostrar tudo isso, não para “segurar” vocês, mas para compreenderem melhor a nossa trajetória e contribuírem conosco. Se forem advogados, por exemplo, e surgir uma questão da comunidade para resolver, vocês não podem cobrar. Você não pode cobrar. Você terá que defender sem cobrar, porque é a sua comunidade que te trouxe até aqui. Penso muito na juventude e quero muito que eles entendam isso claramente. Gostaria que participassem ativamente, e já aviso com antecedência, um mês antes, para se prepararem.

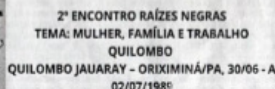
8. ANEXOS – RESUMO DOS TEMAS DOS ENCONTROS RAÍZES NEGRAS



Programação do 11º ENRA
Em contato com a presidente da Comissão Organizadora dos trabalhos do 11º ENRA, foi constatado que até a presente data ainda não foi redigido uma versão final da Carta Aberta deste Encontro. Houve um convite por parte da ACONQUIPAL para que este pesquisador integrasse o grupo de trabalho para elaborar o referido documento. No entanto, até o dia 4 de dezembro nenhuma versão final do documento foi encaminhada. Muito pelo fato da indisciplinabilidade de várias lideranças quilombolas dos municípios participantes, frente às suas idiossincrasias, assim como a impossibilidade de reuniões presenciais provocadas pela pandemia de vírus CORONA que aconteceu e mudou no período entre 2020 a 2022. Assim, a programação do 11º ENRA foi realizada no formato de uma reunião virtual, no âmbito do Alquerque, Comunidade do Quilombo do Faveçal, no acervo da ACONQUIPAL, em novembro de 2023, que trata sobre a Programação da edição deste evento e a uma folha manuscrita com várias informações sobre as atividades que deverão ser utilizadas pela organização deste Encontro para redigir um



Concluímos que o I ERN foi de suma importância para todos os participantes. Despertou a consciência da população negra do Médio Amazonas Paraense para continuar a caminhada - com mais firmeza e vigor. Estimulou a arrancado para conquistar espaço na sociedade e contribuir para que ela se torne justa e digna para todos, pois "Do entrelaçar de nossas diferentes raízes brota o rebento da esperança. Fraternidade". (I° ERN's, 1988)

[illegible]

PROGRAMAÇÃO	PROGRAMAÇÃO	PROGRAMAÇÃO
04. 16:00h - Início - Credenciamento das delegadas. 17:00h - Início da sessão com abertura e felicitações ao presidente das premissas e ao presidente da comissão. 18:00h - Jantar 20:00h - Abertura Oficial 23:00h - Encerramento das comemorações das comunidades.	05:00h - Início da programação de trabalhos com a comunidade no dia 20/07/97. 15:00h - Intervalo 16:00h - Cessão da palavra de abertura da programação da Comissão de Articulação das Comunidades Religiosas e da Comissão de Mulheres do Município de Oaxaca, por parte, Azeite e Oaxaca. 18:00h - Jantar 20:00h - Apresentação cultural das comunidades.	06:00h - Início da programação de trabalhos com a comunidade no dia 21/07/97. 08:00h - Cessão da palavra de abertura da programação da Comissão de Articulação das Comunidades Religiosas e da Comissão de Mulheres do Município de Oaxaca, por parte, Azeite e Oaxaca. 18:00h - Jantar 20:00h - Apresentação cultural das comunidades.
05. 16:00h - Cessão da palavra de abertura da programação da Comissão de Articulação das Comunidades Religiosas e da Comissão de Mulheres do Município de Oaxaca, por parte, Azeite e Oaxaca. 18:00h - Jantar 20:00h - Apresentação cultural das comunidades.	06:00h - Cessão da palavra de abertura da programação da Comissão de Articulação das Comunidades Religiosas e da Comissão de Mulheres do Município de Oaxaca, por parte, Azeite e Oaxaca. 18:00h - Jantar 20:00h - Apresentação cultural das comunidades.	06:00h - Cessão da palavra de abertura da programação da Comissão de Articulação das Comunidades Religiosas e da Comissão de Mulheres do Município de Oaxaca, por parte, Azeite e Oaxaca. 18:00h - Jantar 20:00h - Apresentação cultural das comunidades.
06. 16:00h - Cessão da palavra de abertura da programação da Comissão de Articulação das Comunidades Religiosas e da Comissão de Mulheres do Município de Oaxaca, por parte, Azeite e Oaxaca. 18:00h - Jantar 20:00h - Apresentação cultural das comunidades.	06:00h - Cessão da palavra de abertura da programação da Comissão de Articulação das Comunidades Religiosas e da Comissão de Mulheres do Município de Oaxaca, por parte, Azeite e Oaxaca. 18:00h - Jantar 20:00h - Apresentação cultural das comunidades.	06:00h - Cessão da palavra de abertura da programação da Comissão de Articulação das Comunidades Religiosas e da Comissão de Mulheres do Município de Oaxaca, por parte, Azeite e Oaxaca. 18:00h - Jantar 20:00h - Apresentação cultural das comunidades.
07. 16:00h - Cessão da palavra de abertura da programação da Comissão de Articulação das Comunidades Religiosas e da Comissão de Mulheres do Município de Oaxaca, por parte, Azeite e Oaxaca. 18:00h - Jantar 20:00h - Apresentação cultural das comunidades.	06:00h - Cessão da palavra de abertura da programação da Comissão de Articulação das Comunidades Religiosas e da Comissão de Mulheres do Município de Oaxaca, por parte, Azeite e Oaxaca. 18:00h - Jantar 20:00h - Apresentação cultural das comunidades.	06:00h - Cessão da palavra de abertura da programação da Comissão de Articulação das Comunidades Religiosas e da Comissão de Mulheres do Município de Oaxaca, por parte, Azeite e Oaxaca. 18:00h - Jantar 20:00h - Apresentação cultural das comunidades.



7º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS
TEMA: 500 ANOS DE REPRESSÃO
TRANSFORMADOS EM RESISTÊNCIA E
ARTICULAÇÃO DOS QUILOMBOS DO BAIXO
AMAZONAS
QUILOMBO SERRINHA - OXIMINÁ/PA
18 A 20/07/1997

Programação do 7º ERN's

Várias foram as tentativas e tratativas para que houvesse acesso, por parte deste pesquisador, à Carta Aberta da 7ª edição do ERN's. Porém, não houve resposta positiva da ARQMO, Associação responsável pela elaboração do 7º Raízes Negras. Assim como nas tentativas de conseguir o referido documento por intermédio do CEBENPA e de representantes da ARQMOB, ACOSB e ACONQUIPAL. No entanto, durante visita de campo na cidade de Obidos em novembro de 2020 foi coletado um documento que trata sobre a programação da edição do ERN's daquele ano. Não constam as discussões que foram tratadas durante o referido Encontro e as questões discutidas nas mesas redondas do evento, o que serve como parte para que possamos entender um pouco sobre o que aconteceu naquela edição do 7º ERN's.

Comunidade	Organização de pesquisa para	Assessoria
1º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
2º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
3º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
4º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
5º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
6º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
7º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
8º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
9º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
10º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
11º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
12º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
13º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
14º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
15º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
16º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
17º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
18º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
19º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para
20º ERN's - Obidos e	Associação de pesquisa para	Associação de pesquisa para



8º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS
TEMA: DA MÃE ÁFRICA À MÃE AMAZÔNIA: NOSSA
TERRA, NOSSA GENTE, NOSSA LUTA
QUILOMBO LA SARACURA - SANTARÉM/PA
18 - 21/11/1999

Várias foram as tentativas e tratativas para que houvesse acesso, por parte deste pesquisador, à Carta Aberta desta edição do ERN's, porém não houve resposta positiva da FOQS, Federação responsável pela elaboração da 8ª edição. Assim como nas tentativas de conseguir a mesma através dos funcionários do CEBENPA e de representantes da ARQMOB, ACOSB e ACONQUIPAL. No entanto, durante visita de campo na cidade de Obidos em novembro de 2020, houve acesso a documentação que trata sobre as temas que foram abordadas, além de revelar no qual especifica-se os temas e algumas discussões que seriam tratadas durante o referido Encontro e as questões discutidas nas mesas redondas do evento. Segue texto do convite enviado no 8º ERN's:

"Os organizadores do 8º Encontro Raízes Negras: CEF-BAM, ARQMO, MCCN, ACONQUIPAL, impulsionados pelo espírito de luta pelos direitos básicos de cidadania dos Remanescentes de Quilombos do regime do Baixo Amazonas organizam o 8º Encontro Raízes Negras com o tema: *Da Mãe África à Mãe Amazônia: Nossa Terra, Nossa Gente e Nossa Luta, a ser realizado no período de 18 a 21 de Novembro de 1999, no município de Santarém. Nesse encontro discutiremos as seguintes temáticas: Desenvolvimento sustentável e áreas quilombolas; Rego e gênero no luto dos quilombolas; Terras quilombolas e o meio ambiente e o uso da terra; Educação como alternativa para as comunidades*"

9º ENCONTRO RAÍZES NEGRAS
TEMA: NÃO ENCONTRADO
QUILOMBO PACOVAL - ALENQUER/PA
18 A 20/07/2002

Termo de referência do 9º ERN's

O 9º ERN's aconteceu no município de Alenquer, especificamente na Comunidade do Quilombo Pacoval, entre os dias 18 e 21 de julho do ano de 2002. O tema abordado naquele ano, assim como o cartaz do evento, não foram encontrados para compor esta pesquisa. No entanto, obtive-se acesso a documentação coletada em visita de campo na cidade de Obidos, no arxivo da ACOSB, em julho de 2021, que trata sobre o Projeto de Referência em Comunicação e Programação e algumas discussões que seriam tratadas durante o referido Encontro e as questões discutidas nas mesas redondas do evento. Mesmo o Termo de Referência não sendo o documento definitivo sobre as atividades idealizadas a serem debatidas no evento de 2002, pode-se ter um mínimo de ideia do que pode ter sido tratado naquele Encontro. Segue o texto do referido material:

"1 - JUSTIFICATIVA: As histórias das Comunidades Negras do Oeste do Pará, nos municípios de Alenquer, Obidos, Orlândia e Santarém, passam por um mesmo caminho. Constituídas por descendentes dos quilombolas, que no século XIX ocuparam os altos dos rios Trombetas, Cunim, Curú e Jago do regão, hoje são centenas.

Este origem comum é percebida, também, nas diversas práticas culturais e pelas narrativas, em especial aquelas construídas pelas mães velhas, que remetem a um mesmo trauma, os mesmos rolos, que se constroem em elementos significativos de identidades. Em julho de 1988, realizou-se no Pacoval o 1º Encontro Raízes Negras contando com a presença de centenas de afro amazônidas, que pelo primeiro vez se encontraram, se descobriram. Discutiram questões que lhes eram comuns em sua cotidianidade. Este evento tinha como objetivo central promover o encontro entre os "parentes" e valorizar as manifestações culturais presentes nas diversas comunidades. No resultado esta experiência foi mais além. Movera a ideia de um movimento social que gachou corpo e colônou com o reconhecimento das comunidades em associações, colocou em cena a luta pela terra e contra as práticas de discriminação racial. Hoje são três associações constituídas - ARQMO, ACONQUIPAL e ARQMOB - e são titulares de concessão de posse de terra. Foram adotadas, bençãos mais de mil famílias de remanescentes. No regão sobrevive e primeira situação, no país, com base no artigo 68. Hoje o Encontro Raízes Negras, em sua 9ª edição, proporcionará o diálogo de questões relacionadas a luta contra a discriminação racial: ao fortalecimento das práticas culturais - fundamentalmente, o uso da terra e o desenvolvimento sustentável e as novas formas de luta, frente aos novos problemas de ordem política, social e econômica, que se colocam para os remanescentes.

A realização do 9º Encontro Raízes Negras, significa mais um passo para a consolidação de um movimento que se pode considerar vitalício. Ao mesmo tempo, constituir-se em espaço de discussão sobre o que fazer com a terra titulada, se indagar sobre o que modifica na vida das comunidades, possibilitar trocas de experiências e alargar o campo de atuação e de luta pelas conquistas sociais e direitos à cidadania.

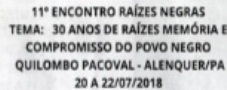
II - OBJETIVO - Fomentar o diálogo sobre o uso da terra na perspectiva do manejo sustentável; Discutir a situação das comunidades remanescentes após a titulação das terras; Fomentar o troca de experiências entre as comunidades; Fortalecer os mecanismos de sociabilidade e integração; Valorizar as práticas culturais e outras formas de construção de identidades.

III - PÚBLICO ALVO

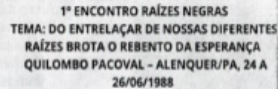
Faremos um público de 1000 a 1.500 participantes, vindos das diversas comunidades negras do regão e de outras áreas do estado do Pará. Participarão, também, representantes das organizações não governamentais, secretarias e órgãos do governo federal, estadual e municipal, igreja e instituições de ensino e pesquisa ligadas às questões ambientais, estudos e defesa de afrodescendentes.

IV - OFICINAS - Terra - Uso, meio ambiente e manejo sustentável; Saúde - AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis; Educação - Educação e memória nas comunidades remanescentes; Parcerias - Elaboração de projetos e agentes financiadores; Economia alternativa - produção doméstica. Relações de gênero; Brincadeiras de crianças; Práticas culturais e identidades." (TERMO DE REFERÊNCIA DO 9º ERN's, 1997)

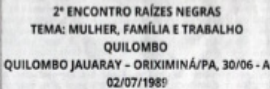
O 9º ERN's foi o segundo evento realizado por meio da Comissão de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Baixo Amazonas. Após este encontro houveram muitas dificuldades, principalmente financeiras, para que se articulasse o próximo ERN's. Deu-se um lamentável lapso temporal de 14 (quatorze) anos para que ocorresse o 10º ERN's. Segundo Azevedo (2020), houve uma certa dispersão dos organizadores das ERN's. Somente no início do ano de 2016 houveram reuniões para tratar da realização do 10º ERN's, tendo importante papel nessa retomada a Diocese de Obidos, que incentivou e patrocinou uma parte do orçamento necessário para a realização do 10º ERN's.



em contato com a presença da ACONQUIPAL e com um dos redatores do 1º ERN, foi constatado que até a presente data ainda não foi redigida uma versão final da Carta Alberta descrita. Houve um convite por parte da ACONQUIPAL para que este pesquisador ingressasse e ajudasse na elaboração da Carta Alberta, porém não houve uma decisão final. A falta de deliberação que possa dar um direcionamento na formulação da Carta Alberta do 1º ERN foi feita. Muito pelo fato das independências de várias lideranças quilombolas dos municípios participantes, frente às suas vidas diárias, assim como a impossibilidade de reuniões presenciais devido à pandemia da COVID-19. Apesar disso, o pesquisador teve acesso à documentação coletada em visita de campo na cidade de Aiquem, Comunidade do Quilombo do Pacoval, no acervo da ACONQUIPAL, em novembro de 2020, que trata sobre a Programação da edição deste evento e a uma ficha manuscrita com várias informações sobre a Carta Alberta, porém não foi possível fazer uma cópia. Assim, a redigir uma Carta definitiva. Houve acesso à programação do 1º ERN daquela edição, conforme segue:



Concluímos que o I ERN foi de suma importância para todos os participantes. Despertou a consciência da população negra do Médio Amazonas Paraense para continuar a caminhada - com mais firmeza e vigor. Estimulou a arrancada para conquistar espaço na sociedade e contribuir para que ela se torne justa e digna para todos, pois "Do entrelaçar de nossas diferentes raízes brota o ebeito da esperança, Fraternidade". (1º ERN's, 1988)

[illegible][illegible]

